

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS FELIZ

MACHISMO E MISOGINIA NAS REDES: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS
RELACIONADOS À REELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF (2014 A 2016)
E À CANDIDATURA DE MANUELA D'ÁVILA À VICE PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA (2018)

NATÁLIA PISETTA DOS SANTOS

FELIZ
2018

NATÁLIA PISETTA DOS SANTOS

MACHISMO E MISOGINIA NAS REDES: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS
RELACIONADOS À REELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF (2014 A 2016) E À
CANDIDATURA DE MANUELA D'ÁVILA À VICE PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(2018)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em Letras,
pelo Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
– Feliz.

Área de concentração: Análise do Discurso

Orientador:
Prof. Dr. Giovani Forgiarini Aiub

NATÁLIA PISETTA DOS SANTOS

**MACHISMO E MISOGINIA NAS REDES: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS
RELACIONADOS À REELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF (2014 A 2016) E À
CANDIDATURA DE MANUELA D'ÁVILA À VICE PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(2018)**

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Giovani Forgiarini Aiub
Orientador

Profª Drª Elisa Marchioro Stumpf
Avaliadora

Prof. Me. Marcelo Lima Calixto
Avaliador

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rubia, por ser tão maravilhosa. Eu nunca conseguiria te agradecer o suficiente por todo amor incondicional demonstrado através da tua presença nesses tempos difíceis. Definitivamente, eu não conseguiria concluir este trabalho sem o teu apoio. Ao meu pai, Evandro, por ser tão incrível. Eu também não teria sido capaz de chegar até aqui sem o teu suporte, teu incentivo e tuas palavras de encorajamento. Ao meu irmão, Augusto, por ter alegrado meus finais de semana e por toda a ajuda na reta-final. Agradeço imensamente por todo amparo e paciência de vocês. Obrigada por não desistirem de mim.

Ao Giovani, meu orientador, por ter me apresentado a Análise do Discurso, teoria que mais me encantou nessa trajetória. Agradeço muito por ter me orientado com paciência e sabedoria, e por ter sido compreensivo em todos os momentos. Quero que saibas que tens minha admiração e apreço.

À Victória, minha colega e amiga que tanto me apoiou ao longo dessa trajetória. Obrigada pela tua amizade, teu companheirismo e tua alegria contagiante que fazem meus dias muito melhores. Eu não tenho palavras para te agradecer pela diferença que tu fizeste e fazes na minha vida. Tu és uma das pessoas mais preciosas e incríveis que eu conheço. À Karine, colega que se tornou uma amiga e companheira, de presença fundamental para a conclusão desse trabalho. Obrigada pelas conversas e bons momentos compartilhados nesses últimos meses. Sou agradecida também à Camila, a colega e amiga mais responsável e organizada. Obrigada pela parceria e inspiração. À Ana Paula, minha psicóloga querida, que tanto me auxiliou (e, em muitos momentos, consolou) nesse percurso. À Alessandra, por ser uma amiga maravilhosa. Obrigada por tua amizade desses últimos anos – tenhas certeza de que ela significa muito para mim. À Débora, minha vizinha e amiga, por todas as boas conversas e livros emprestados. À Paulinha, amiga que é referência de feminismo na prática. Obrigada pelas trocas de ideias e livros emprestados. Ao Gabriel, por toda força e incentivo. Ao Cassiano, pelas conversas que tornaram meus últimos meses mais leves. A todos os professores do IFRS – campus Feliz pelos conhecimentos compartilhados e pelas contribuições dadas.

E, por último (e mais importante), a Jesus Cristo, Senhor e Salvador da minha vida. Agradeço por todo seu amor, misericórdia, sacrifício, e, sobretudo, por mostrar o valor das mulheres em meio a uma sociedade patriarcal.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar sequências de comentários de *posts* do *Instagram* e de vídeos no *Youtube* relativos a Manuela D'Ávila no período de sua candidatura à vice-presidência, e a Dilma Rousseff durante seu segundo mandato como presidenta da República. A maioria dos comentários selecionados contém discursos machistas e misóginos, que agridem tanto a candidata quanto a ex-presidenta, não por suas propostas e ações na condição de participantes na política partidária, mas pelo fato de serem mulheres identificadas com um discurso notadamente de esquerda. Assim, foram abordadas questões sobre a desigualdade de gênero, sobre mulheres na política desde os movimentos sufragistas e sobre as imagens que a mídia faz a respeito de Dilma e Manuela. Para as análises, foram mobilizadas noções teóricas da Análise do Discurso de linha francesa, de modo a construir o *corpus* discursivo. As análises apontaram para a presença de uma formação discursiva (FD) machista com a identificação de três posições-sujeito.

Palavras-chave: Mulheres; Misoginia; Análise do Discurso; Dilma Rousseff; Manuela D'Ávila.

ABSTRACT

This study aims to analyze sequences of comments from *Instagram posts* and videos on *Youtube* related to Manuela D'Ávila during the period of her candidacy for the vice presidency, and Dilma Rousseff during her second term as President of the Republic. Most of the selected comments contain sexist and misogynist discourses that attack both the candidate and the former president, not because of their proposals and actions as participants in party politics, but because they are women identified with a remarkably left-wing discourse. Thus, questions about gender inequality, women in politics since the suffragist movements and the images the media makes about Dilma and Manuela were raised. For the analyses, theoretical notions from French Discourse Analysis were mobilized, in order to construct the discursive *corpus*. The analyses pointed to the presence of a macho discourse formation (FD) with the identification of three subject-positions.

Keywords: Women; Misogyny; Discourse Analysis; Dilma Rousseff; Manuela D'Ávila.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dilma Rousseff e Barack Obama	59
Figura 2 – Dilma Rousseff e Barack Obama (2)	62
Figura 3 – Dilma durante o lançamento do “Dialoga Brasil”	65
Figura 4 – Dilma no desfile cívico de 7 de setembro	67
Figura 5 – <i>Screenshot</i> de vídeo sobre a entrevista de Manuela D’Ávila à Band.....	70
Figura 6 – Manuela D’Ávila em primeira entrevista após ser lançada como pré-candidata	75
Figura 7 – Manuela D’Ávila acompanhada de seu marido e filha	77
Figura 8 – Manuela D’Ávila acompanhada de seu marido e filha (2)	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A MULHER NA ESFERA PÚBLICA E PRIVADA	11
2.1 A divisão sexual do trabalho	11
2.2 Mulher e política: do movimento sufragista ao cenário atual	16
2.3 O imaginário sobre Dilma Rousseff: de ministra à presidenta reeleita	20
2.4 O imaginário sobre Manuela D'Ávila: de deputada à candidata à vice presidenta.....	27
3 ANÁLISE DO DISCURSO: BASES TEÓRICAS	33
3.1 Uma tentativa de introdução.....	33
3.1.1 Um breve histórico	34
3.2 Discurso, língua e sujeito	36
3.3 Interpretação e ideologia	41
3.3.1 Ainda sobre a ideologia	44
3.4 Formações imaginárias	45
3.5 Formação discursiva	46
3.5.1 Forma-sujeito: modalidades de desdobramento.....	48
4 MACHISMO NAS REDES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA	52
4.1 Considerações preliminares	52
4.2 Metodologia	54
4.3 Análises	57
4.3.1 Dilma Rousseff	57
4.3.2 Manuela D'Ávila	69
4.3.3 Dilma Rousseff e Manuela D'Ávila: algumas considerações	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

Há um desconforto que permeia o momento político atual no Brasil, o qual iniciou¹ com um golpe de Estado (2016)² e seguiu-se de uma série de acontecimentos que afetaram (e ainda afetam) o funcionamento do país, dentre os quais destaca-se: a aprovação da PEC do Teto dos Gastos Públicos, proposta do governo Michel Temer que altera a Constituição para congelar os investimentos em saúde e educação durante 20 anos; a proposta da Reforma da Previdência, que prevê mudanças quanto ao tempo de contribuição à Previdência e de idade mínima para aposentadoria; a condenação questionável do ex-presidente Lula³ pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a entrega do Pré-Sal e a situação de desmanche da Petrobrás, que beira à privatização; e, ainda, um período eleitoral conturbado, caracterizado pela difusão de *Fake News*. Esses acontecimentos são reflexos de uma política que visa ao benefício da classe privilegiada, engendrados por uma mídia parcial.

Com a saída da presidenta Dilma Rousseff, desenrolaram-se discussões no que concerne à participação de mulheres na política, uma vez que, quando Michel Temer assumiu a presidência, houve uma perda simbólica (e também material) de

¹ A fins didáticos, serão pontuados alguns acontecimentos posteriores à destituição de Dilma Rousseff, no entanto, pode-se considerar que esse “desconforto” já havia se apresentado anos antes. Um grande exemplo foi a onda de protestos em junho de 2013 (que inicialmente tinham o objetivo de contestar o aumento das tarifas dos transportes públicos), e também a crise econômica que teve início em meados de 2014, culminando na queda do PIB (Produto Interno Bruto) de 3,8% em 2015 (pior resultado em 25 anos), conforme reportagem do UOL, disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/03/03/pib-2015.htm>

² Dilma Rousseff foi responsabilizada por uma prática corriqueira em governos anteriores. Parlamentares altamente envolvidos em casos de corrupção instituíram um processo de destituição contra a presidenta justificado pela prática de “pedaladas fiscais”. O áudio vazado entre Romero Jucá, ministro do planejamento e o ex-diretor da Transpetro Sergio Machado, revela o que estava sendo tramado: “botar o Michel num grande acordo nacional com o Supremo e com tudo; aí para tudo...e estanca a sangria da Lava Jato.” Um dos motivos para a retirada de Dilma era também “livrar” os 49 senadores indiciados ou envolvidos em corrupção. A Constituição foi violada e a soberania popular, que elegeu Dilma com 54 milhões de votos, foi traída. Portanto, é uma possível interpretação dizer que houve um golpe de Estado (um golpe de classe e parlamentar), o que pode ser atestado através de reportagem do El País, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html. Há, no entanto, outra interpretação que diz que se tratou de um impeachment com bases constitucionais.

³ Lula foi condenado a 12 anos e 1 mês de prisão pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso triplex do Guarujá (SP), o que se tratou de uma reformulação da sentença de primeira instância com aumento de pena. Sob o ponto de vista aqui adotado, entende-se que a condenação ocorreu sem provas. A decretação da prisão aconteceu em menos de 24 horas após o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ter negado o pedido de *habeas corpus* de Lula. A rapidez com a qual a decisão do STF foi expedida e o fato de que as possibilidades de recurso em tribunais superiores não haviam sido esgotadas no momento da decretação da prisão de Lula, qualificam-na como “atípica”, conforme reportagem de Mariana Alvim e Renata Mendonça na BBC Brasil, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43663772>.

protagonismo feminino nesse meio (como também de negros e representantes das minorias). Além disso, reduziu-se ao mínimo investimentos em tudo o que se refere à cultura, direitos humanos, mulheres e minorias⁴.

Ao enfrentar um extenso interrogatório nas dependências do Senado, pode-se afirmar que Dilma enfrentou uma série de preconceitos existentes contra as mulheres, que sobretudo são contra aquelas que não se submetem ao patriarcado⁵. Aliás, preconceito enfrentado pela presidenta eleita durante todo o seu mandato, o que pôde ser observado em grande escala nas redes sociais, sobretudo após sua reeleição em 2014.

Com a divulgação dos pré-candidatos à presidência em 2018, deparamo-nos com outra situação de machismo e misoginia⁶: Manuela D'Ávila, pré-candidata pelo PCdoB, e posteriormente candidata à vice de Fernando Haddad (PT), é alvo de comentários excessivamente machistas em suas redes sociais. Particularmente, esses fatos me proporcionam um forte incômodo e inquietação, que me motivaram à escolha do tema.

Assim, para a construção teórica desse trabalho, serão mobilizadas noções da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, que teve como marco de inauguração a publicação de "*Análise Automática do Discurso*" por Michel Pêcheux em 1969. Segundo Ferreira (2004), a AD, que surgiu no auge do estruturalismo, no qual havia a deliberada exclusão do sujeito, encontra-o em parte na psicanálise e em parte no materialismo histórico. O sujeito com o qual a AD trabalha é constituído materialmente pela linguagem e interpelado pela ideologia. Dessa maneira, Orlandi (1996) aponta que a AD é uma disciplina de entremeio, já que sua constituição se dá às margens das ciências humanas, entre as quais ela opera um profundo deslocamento de terreno.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar sequências de comentários de posts do *Instagram* e de vídeos no *Youtube* relativos a Manuela D'Ávila no período de sua candidatura à vice-presidência, e a Dilma Rousseff durante seu segundo mandato como presidenta da República.

⁴ Informações disponíveis em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/01/governo-temer-reduz-em-35-investimentos-em-politicas-de-direitos-humanos-2206.html>.

⁵ O conceito desse termo será explorado no capítulo 4 desse trabalho.

⁶ O conceito desse termo será explorado no capítulo 4 desse trabalho.

Ditas estas palavras, este trabalho será estruturado em 4 capítulos divididos em subseções, além desta introdução. O próximo capítulo aborda o tema da mulher na esfera pública e privada, tratando de questões de desigualdade de gênero, sufrágio feminino e mulheres na política, e, por último, do imaginário sobre Dilma Rousseff e Manuela D'Ávila. No capítulo seguinte, além de ser feito um apanhado histórico da AD, as noções de discurso, língua, sujeito, interpretação, ideologia, formação imaginária, formação discursiva e forma-sujeito entram em cena. No quarto capítulo, será apresentada a metodologia e, posteriormente, as análises, bem como considerações a respeito das mesmas.

2 A MULHER NA ESFERA PÚBLICA E PRIVADA

2.1 A divisão sexual do trabalho

Não se pode negar o fato de que a cultura cristã ocidental contribuiu para a formação de papéis determinados para homens e mulheres para que realizassem tarefas e ocupassem posições sociais distintas, não pela diferença biológica, mas pelas próprias construções sociais. Já no século XX, como aponta Puga (2015), encontrava-se uma maioria de mulheres fora da escola. Quanto à inserção no mundo do trabalho, no entanto, vale mencionar que “escravas e forras, assim como mulheres brancas pobres sempre tiveram que lutar pelo pão de cada dia. Como rendeiras, passadeiras, vendedoras de doces e salgados, lavadeiras, etc.” (PUGA, 2015, p. 644). Assim, pode-se dizer que as questões do trabalho feminino estão muito amarradas às desigualdades sociais.

A autora corrobora através de estudo dos anos 1960 no Triângulo Mineiro (PUGA, 1994, p.37-61), que as diferenças entre as disciplinas cursadas por meninos e as cursadas por meninas em escolas de Internatos Religiosos eram imensas. Os homens tinham a possibilidade de cursar matérias que atribuiriam vantagens para a entrada em universidades, as mulheres, além do português, matemática, ciências e didática, tinham que cursar puericultura, canto, bordado, etc. Dessa forma, ao saírem das escolas e universidades, os homens podiam se dedicar às profissões nas quais se especializaram no ensino superior, já as mulheres, ou se casavam e se dedicavam ao lar e ao cuidado dos filhos, ou escolhiam profissões ligadas ao "mundo feminino".

A divisão sexual do trabalho colocou os homens na posição da realização do trabalho produtivo (e valorizado) e as mulheres do trabalho reprodutivo. Além de essa formação social fazer a separação entre trabalhos de homem e trabalhos de mulher, faz também a hierarquização, uma vez que "um trabalho de homem 'vale' mais do que um de mulher" (KERGOAT, 2009, p.67 *apud* PUGA, 2015, p.644). Davis (2016) afirma que são, no entanto, os papéis da mulher na procriação, criação da prole e manutenção da casa que possibilitam que o homem e os demais membros da família trabalhem.

Um dos enfrentamentos das mulheres para que encontrem a possibilidade de ocupar cargos públicos se dá na esfera privada: a mulher é a principal responsável pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos. Conforme Biroli (2014, p. 38),

“relações mais justas na vida doméstica permitiriam ampliar o horizonte de possibilidades das mulheres, com impacto em suas trajetórias pessoais e suas formas de participação na sociedade”. No entanto, em decorrência do foco na domesticidade atribuído às mulheres, as demais esferas da vida acabam sendo percebidas como deficientes. Ainda segundo a autora, essa responsabilidade quase que exclusiva na gestão da vida doméstica resulta na impossibilidade de tempo e recursos para a qualificação e o investimento na vida profissional, acarretando na dependência ou no recebimento de menores rendimentos do que os homens. Além disso, as atividades domésticas e de cuidado (principalmente dos filhos, mas que pode ser de algum outro familiar) são desvalorizadas e, muitas vezes, indesejáveis para uma atuação profissional satisfatória. Essa perspectiva se confirma nas entrevistas de empregos, nas quais muitas vezes se pergunta somente às mulheres se essas são casadas e têm filhos, como também nos momentos em que uma mulher que está, ao mesmo tempo, em exercício de maternidade (lactante ou com filhos pequenos) e na esfera pública, é questionada como faz para conciliar o trabalho formal com as tarefas domésticas e de cuidado. Ainda, a desvalorização social das atividades relacionadas ao cuidado, que são convencionalmente atribuídas às mulheres, faz com que as atividades remuneradas voltadas a esse âmbito também sejam mal remuneradas.

O fato de que majoritariamente as mulheres assumem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica produz inúmeras desvantagens sociais. Muitas vezes, a mulher precisa interromper sua carreira profissional, ou optar por empregos com carga horária menor (e mais mal remunerados). Além disso, esses fatores tem uma carga social negativa, devido a própria responsabilização das mulheres pelo cuidado com os filhos pequenos. Desse modo, conforme Biroli (2014, p. 58), os "salários mais baixos e menos oportunidades de acesso a recursos previdenciários quando atingem idade avançada definem, no longo prazo, uma situação relativa de maior vulnerabilidade para as mulheres".

Além da realidade da dupla jornada de trabalho das mulheres - sendo que muitas mulheres não têm a divisão dos serviços domésticos por parte dos maridos ou companheiros, filhos e filhas - que resulta no crescimento do tempo dedicado ao trabalho remunerado e não remunerado e na redução do tempo para o descanso e para as atividades de lazer, - a divisão das tarefas domésticas não é proporcional à entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho. O pouco reconhecimento do

esforço da mulher como dona de casa no interior da família evidencia a invisibilidade das tarefas domésticas, afinal, elas apenas são percebidas quando não são feitas. Embora muitos homens cooperem na realização de atividades domésticas, muitas vezes, essas atividades ainda são caracterizadas como uma “ajuda” às suas companheiras.

Quanto a esse aspecto, pode-se abordar a questão da vulnerabilidade das mulheres no casamento. Ainda existe uma ideia convencional da existência de atribuições e talentos específicos para os diferentes sexos, na qual o papel valorizado da mulher é restringido ao de cuidar dos outros e de renunciar a seus interesses em favor da família. Biroli (2014, p. 50) aponta que

o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres orienta – ou limita – suas possibilidades de exercício do trabalho remunerado e de usufruto do tempo livre, mas é o que possibilita a dedicação ampliada do tempo dos maridos ao trabalho e/ou ao lazer.

Diante disso, percebe-se a posição masculina como mais autônoma, ao contrário da posição das mulheres, que acabam enfrentando relações cujas representações envolvem dependência e subordinação, ocupando o lugar daquele que deve obediência e submissão ao outro. É o fato de as mulheres terem de realizar as tarefas domésticas que possibilita aos homens a atenção às exigências profissionais que irão lhes proporcionar a construção de uma carreira com uma remuneração maior, como também o usufruto de tempo livre. Assim, tem-se uma estruturação social na qual se pressupõe que os homens trabalhadores têm esposas em casa, havendo uma relação de co-dependência injusta dentro do casamento convencional: a mulher precisa se responsabilizar integralmente pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos para que o homem possa ter um trabalho remunerado a fim de manter e suprir as necessidades econômicas da família.

No ensaio intitulado “Women and the Subversion of the Community” (As mulheres e a subversão da comunidade), Mariarosa Dalla Costa (1973) *apud* Davis (2016) assinala que, embora tenha-se a ideia de que a dona de casa está cuidando das necessidades privadas de seu marido e crianças, quem realmente se beneficia

com seus serviços é o atual empregador de seu marido e os futuros empregadores de seus filhos.

O advento da propriedade privada contribuiu para a desigualdade sexual, conforme Friedrich Engels argumenta em sua obra *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012). Davis (2016) assinala que a divisão sexual do trabalho no interior do sistema econômico durante as primeiras eras da história da humanidade não era hierárquica, mas complementar:

Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade. Uma vez que, durante esses períodos, a comunidade era basicamente uma família estendida, o papel central das mulheres nas questões domésticas significava que elas eram adequadamente valorizadas e respeitadas como membros produtivos da comunidade. (DAVIS, 2016, p. 227)

Nas sociedades capitalistas, no entanto, o trabalho doméstico ligado à ideia de servir e realizado pelas mulheres, diminui o prestígio social destas. Com o avanço da industrialização, a importância do trabalho doméstico passou por um forte desgaste. As perdas das mulheres se deram pelo fato de que seus trabalhos tradicionais foram “usurpados pelas fábricas em expansão, toda a economia se deslocou para longe da casa, deixando muitas mulheres em grande parte despojadas de papéis econômicos significativos.” (DAVIS, 2016, p. 230). Por não gerar lucro, o trabalho doméstico foi então definido como uma forma inferior de trabalho comparado com a atividade assalariada capitalista.

No capitalismo industrial americano do século XIX, tinha-se, por um lado, mulheres brancas que operavam as máquinas das fábricas em troca de salários muito baixos; de outro, as mulheres negras que trabalhavam sob a coerção da escravidão. O símbolo da prosperidade econômica da qual as classes médias disfrutavam era o ser “dona de casa”. E embora essa condição tivesse surgido na burguesia e na classe média, segundo a autora, “a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade” (DAVIS, 2016, p. 231). Desse modo, as mulheres que tinham que trabalhar em troca de salários passaram a ser vistas como “intrusas” no mundo masculino da economia pública. Assim, o preço que tiveram

de pagar envolvia longas jornadas, péssimas condições de trabalho e salários extremamente inadequados: a exploração sofrida pelas mulheres era maior e mais intensa que a dos homens.

Atualmente, ao se tratar das camadas mais pobres, são as convenções de gênero e do desemprego que levam as mulheres a seguirem ocupando a posição de "dona de casa" (DAVIS, 1983, p. 239 *apud* BIROLI, 2014, p. 38). Conforme Hooks (2000, p. 61 *apud* Biroli 2014, p. 38), quando as mulheres da classe trabalhadora recebem muito menos que um salário mínimo e poucos benefícios, quando os recebem, significa a continuidade da exploração de classe. No entanto, ainda que a maioria das mulheres não tenha um emprego satisfatório, para muitas delas, é considerado muito positivo quando encontram espaço na esfera pública através da inserção no mercado de trabalho no lugar de permanecer na rotina de trabalhos domésticos repetitivos (DAVIS, 1983, p. 242). Assim, as formas de organização e a divisão injusta de trabalhos na esfera doméstica não estão ligadas apenas ao gênero, mas à posição social.

Ainda no que concerne à divisão entre público e privado, há uma visão equivocada quanto ao que ocorre na esfera pública pelo fato de não haver uma compreensão sobre as relações de poder nas esferas não públicas ou não políticas. Nesse sentido, Biroli diz que

é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a "lugares" e "tempos" distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos - incluídos os direitos à publicidade e à privacidade - permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra. (BIROLI, 2014, p. 33)

É com a valorização das atividades concernentes à esfera privada e com divisão de trabalho justa e democrática que é possível que se compreenda que a atribuição de determinadas atividades exclusivamente a um gênero ou a outro afeta nas atividades da esfera pública tanto das mulheres quanto dos homens.

Mesmo com a participação da mulher no mercado de trabalho, ainda persistem desigualdades salariais⁷, ausências de mulheres nos postos de liderança, ocupação de lugares mais precários pela população feminina e negra (que não é proporcional à ocupação da população masculina e branca), entre outras diferenças. Apesar da presença marcante da mulher no trabalho formal, "permanece a divisão sexual que mantém sob a responsabilidade das mulheres a carga do trabalho reprodutivo, ou seja, o cuidado dos filhos, da casa, dos doentes, além das tarefas domésticas" (PUGA, 2015, p. 647). Considerando também que muitas mulheres não conseguem encontrar empregos decentes, Davis (2016) conclui que uma das justificativas para as altas taxas de desemprego entre as mulheres é o sexismo, visto que muitas delas são "apenas donas de casa" porque, na verdade, são trabalhadoras desempregadas (DAVIS, 2016, p. 240).

Até aqui, viu-se que os tratamentos diferentes das mulheres na esfera pública e na esfera privada contribuem para a continuidade da divisão das tarefas e de cuidado com filhos de forma injusta (quando essa divisão é existente), da desigualdade salarial entre homens e mulheres, do sexismo no mercado de trabalho, entre outros fatores. Diante disso, na próxima seção serão feitas considerações acerca de movimentos das mulheres na luta pelo sufrágio e pela conquista ao espaço na esfera política.

2.2 Mulher e política: considerações do movimento sufragista ao cenário atual

Passaram-se 86 anos desde a conquista do direito ao voto pela mulher no Brasil, o que só se tornou possível através de um processo longo e intenso, marcado por diversas manifestações, incluindo campanhas em periódicos. Em relação a luta pelo direito ao voto, mulheres em todo o continente americano se engajaram. Susan B. Anthony foi um exemplo, uma vez que, no início de sua carreira como líder do movimento pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos, concluiu que a emancipação feminina seria conquistada através do voto, reconhecendo que o

⁷ De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o salário médio pago às mulheres em 2017 foi apenas 77,5% do rendimento pago aos homens no Brasil. Informações disponíveis em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/11/desigualdade-salarial-homem-mulher-ibge.htm>

sexismo era mais opressivo do que a desigualdade de classe e o racismo (DAVIS, 2016):

“(...) essa oligarquia de sexo, que faz dos pais, irmãos, maridos e filhos oligarcas superiores à mãe e às irmãs, à esposa e às filhas de cada família; que decreta que todos os homens são soberanos e todas as mulheres, súditas – carrega a discórdia e a revolta para o interior de cada lar da nação”⁸

Nos Estados Unidos, foi no início do século XX que as trabalhadoras começaram a reivindicar o direito ao voto, tendo em vista que poderiam utilizá-lo para exigir, conforme Davis (2016), salários mais altos e melhores condições de trabalho. O movimento adquiriu força após o “Levante das 20 mil”, quando as mulheres da indústria de confecções de Nova York entraram em greve (1909-1910). A necessidade de uma legislação que proibisse condições de trabalho insalubres se tornou óbvia após o incêndio da empresa *Triangle Shirtwaist*, que tirou a vida de 146 mulheres (DAVIS, 2016, p. 148). A partir daí, surgiram Ligas de Assalariadas pelo Sufrágio, por meio das quais as integrantes como Leonora O’Reilly reivindicavam seus direitos.

No Brasil, após a instauração da República em 1889, o engajamento das mulheres em prol da luta por direitos políticos foi acelerado. A temática do voto feminino foi discutida na Assembleia constituinte, no entanto, a Constituição promulgada em 1891 determinou que o corpo de eleitores devia ser formado por cidadãos alfabetizados e maiores de 21 anos (PRADO e FRANCO, 2012, p. 209, 210). Assim,

essa ausência foi lamentada pelas sufragistas, que ao mesmo tempo tentaram utilizá-la como um trunfo: se não lhes estavam reservados os assentos nos mecanismos oficiais da política, por outro lado, nenhuma menção explícita as excluía. Aliado a isso, o fato de haver permissão aos alfabetizados abria as condições para que ao menos as “mulheres cultas” pleiteassem o direito de votar e ser votadas. (PRADO e FRANCO, 2012, p. 210).

Em defesa da participação na vida pública, muitas mulheres se manifestaram, sendo que algumas inclusive tomaram a iniciativa de solicitar alistamento eleitoral ou

⁸ “Susan B. Anthony’s Constitutional Argument” (1873), citado em Aileen S. Kraditor (org.), *Up From the Pedestal*, cit., p. 249.

ainda lançar sua candidatura. Prado e Franco (2012) afirmam que no final do século muitas mulheres assumiram a defesa de seus direitos políticos, mas que a participação política não se restringe à conquista desses direitos. Segundo as autoras,

mulheres participaram, durante todo o século, dos principais debates e ações que envolveram a vida pública nacional. Elas se interessavam por temas da política em suas mais diversificadas instâncias. Escrevendo em jornais, produzindo romances ou peças teatrais, vestindo-se de soldado para ir à guerra, refletiram sobre a condição feminina em seu tempo e espaço e foram também protagonistas da história. (PRADO e FRANCO, 2012, p. 214)

Segundo Rubim e Argolo (2018), a luta pelo voto feminino demonstra o amadurecimento das lutas feministas e o empoderamento das mulheres, mas, ao mesmo tempo, é estigmatizada, muitas vezes sendo apresentada por meio de narrativas pouco expressivas. Há, desse modo, um silenciamento em relação a luta sufragista, sendo que os sujeitos que protagonizaram esse momento não são devidamente reconhecidos.

Embora o público feminino represente 52% do total de eleitores no Brasil, poucas mulheres vencem as eleições, mesmo que, segundo pesquisa da Agência Patrícia Galvão de 2009, nove em cada dez brasileiros dizem que votariam em mulheres. No entanto, até o momento elas só ocupam 16% das cadeiras no Senado e 10,5% na Câmara Federal, perdendo para 151 países tratando-se de representatividade feminina no Congresso. Ainda que as regras do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) exijam que 30% dessa verba seja destinada às candidaturas de mulheres, no intento de incentivar a presença feminina na política, a quantidade de candidatas diminuiu (de 31,1% em 2014 para 30,7% em 2018).⁹ Quanto às cotas, Miguel afirma:

As cotas sinalizam que, ainda que o processo de escolha de representantes possa ser formalmente correto, seu resultado é injusto se grupos sociais importantes não encontram presença adequada. Trata-se de uma revalorização da chamada 'representatividade descritiva', a concepção de que o parlamento deve espelhar a

⁹ Dados encontrados na reportagem de Carol Castro à Carta Capital, datada de 3 setembro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-papel-das-mulheres-como-candidatas-nas-eleicoes-de-2018>

sociedade de onde nasce, considerada pela ciência política ao longo do século XX, como ingênua e insatisfatória (MIGUEL, 2014, p. 98)

Entretanto, partidos inscreveram candidatas-laranja na tentativa de burlar as regras, e registram qualquer candidata – mesmo sem que ela saiba, ou ainda, invisibilizam a candidatura de mulheres, dando pouco ou quase nenhum recurso de campanha do fundo partidário a elas, conforme reportagem de Carol Castro à Carta Capital.¹⁰

Também houve o crescimento do número de candidatas mulheres com pouquíssimos votos. Enquanto o número de voto zero em homens seguiu o mesmo, numa média de 1% dos candidatos, o das mulheres aumentou: passou de 3% em 2008 para 16% em 2012 – e 10% em 2016.¹¹ Além disso, pode-se dizer que o protagonismo diminuiu, mesmo no caso das candidatas a governadora, que chegaram a 29 mulheres: 20 delas não chegaram nem a 5% das intenções de voto.¹²

Ao analisar-se a presença das mulheres na política, o Brasil é um dos países menos igualitários do mundo. Conforme dados da União Interparlamentar (de 1º de março de 2017), o Brasil ocupa 153º lugar entre 194 países pesquisados quanto à presença de mulheres nos parlamentos. (IPU, 2017). Entre as muitas causas dessa ausência, principalmente duas ajudam a explicar as dificuldades de as mulheres chegarem à esfera pública, conforme Pinto (2018):

o sistema político e a manutenção de profundas desigualdades nas relações de gênero. Em relação ao primeiro, cabe destacar o sistema de listas abertas, a oligarquização das burocracias partidárias, o alto custo das campanhas eleitorais. As mulheres não encontram espaço neste cenário, mas também estão ausentes os negros, os índios e os trabalhadores das classes populares. (PINTO, 2018, p. 24)

Esse cenário ficou ainda mais evidente quando Michel Temer assumiu a presidência, uma vez que o gabinete ministerial acusava a ausência de mulheres, de

¹⁰ Reportagem datada de 2 de outubro de 2018, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/como-identificar-possiveis-candidatas-laranjas>

¹¹ Dados encontrados na reportagem de Carol Castro à Carta Capital, datada de 2 de outubro de 2018, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/como-identificar-possiveis-candidatas-laranjas>

¹² Dados encontrados na reportagem de Carol Castro à Carta Capital, datada de 3 setembro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-papel-das-mulheres-como-candidatas-nas-eleicoes-de-2018>

negros, de índios e de jovens, entre outras faces identitárias ocupando “o primeiro escalão da República” (RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 17). Unindo-se a isso, o governo Temer extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Até aqui, pôde-se ver alguns enfrentamentos que as mulheres tiveram ao longo da história para que conquistassem espaços que sempre pertenceram aos homens, uma vez que ainda existem muitas questões em aberto no que se refere a participação das mulheres no âmbito da política, pois a mulher encontra, frequentemente, barreiras sociais no processo que envolve candidatar-se, eleger-se e, posteriormente governar. No próximo momento desse trabalho, a trajetória de Dilma Rousseff será percorrida brevemente, desde sua inserção na política até seu segundo mandato como presidenta. Pretende-se também mostrar como a imagem de Dilma Rousseff foi construída a partir de um imaginário misógino da grande mídia e dos próprios colegas de parlamento, de forma a deslegitimá-la e enfraquecê-la.

2.3 O imaginário sobre Dilma Rousseff: de ministra à presidenta reeleita

“Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam orgulho e a alegria de ser mulher”.¹³

Em 2011, um marco na história do Brasil acabava de ser consolidado: a primeira mulher chegava à presidência da República do Brasil. Junto a esse marco, uma nova porta da história cultural do país se inaugurava e podíamos enxergar possibilidades de conquistas das mulheres no âmbito político-partidário, o que poderia configurar mudanças quanto ao espaço da mulher na vida pública. No entanto, o enredo que se desenhou até aqui nos comprova a existência de um cenário político altamente sexista, muito aquém do esperado após o “sopro de esperança” dado no momento em que uma mulher passou a ocupar o cargo mais importante do país pela primeira vez.

¹³ Dilma Rousseff em seu discurso de posse em 1º de janeiro de 2011.

Ainda reverbera no imaginário majoritariamente masculino constituído através de uma cultura patriarcal a ideia de que o Parlamento não é lugar de mulher. Isso pode ser observado até mesmo no fato de que na construção do prédio do Congresso Nacional não foi planejado um local para banheiro feminino, e, até 2015, não havia banheiro feminino no plenário do Senado Federal brasileiro, conforme aponta Rubim e Argolo (2018). As autoras afirmam que assim como na Constituição de 1891, a mulher ainda é marcada pela falta. Assim, a eleição de uma mulher considerada “dura” foi um marco difícil de ser suportado dentro desse contexto.

A vitória da presidenta em sua reeleição em 2014 foi ainda mais contestada, entretanto, desta vez não apenas por sua oposição formal, que iniciou seu projeto de destituição. Os gritos de “fora Dilma”, o som das painéis durante pronunciamentos da presidenta e as manifestações dos “verde e amarelo” que tiveram início em 2013 foram sempre acompanhados de acusações e colocações de adjetivos machistas referindo-se à presidenta.

Voltemos, entretanto, a campanha de Dilma em 2010. De acordo com Rubim e Argolo (2018), desde o primeiro momento evidencia-se como a categoria gênero permeou a disputa pela permanência do *establishment*.

A campanha eleitoral de 2010, a primeira de Dilma Rousseff como candidata, foi marcada por estratégias vulgares e desrespeitosas, que incluíam questionamentos à sexualidade dela, e representações estereotipadas da mídia, em que Rousseff figurava como poste de Lula. (ARGOLO, 2014 *apud* RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 13).

Sua cerimônia de posse em 1º de janeiro de 2011 representou um fato novo, inaugurador na história dessa cerimônia no Brasil: diferentemente da posse dos presidentes anteriores, Dilma subiu a rampa do Palácio do Planalto acompanhada de sua filha, Paula Rousseff. No entanto, essa novidade histórica não foi considerada, muito pelo contrário. Em diversos veículos da mídia deu-se ênfase à vice-primeira-dama, como mostra a manchete do jornal O Globo: “A beleza da vice-primeira-dama rouba a cena na posse da Dilma” (SETTI, 2011 *apud* RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 13). Evidencia-se a objetificação do corpo feminino, traço característico da cultura machista, e despreza-se o dado jornalístico mais importante: a primeira vez que uma mulher assume aquele poder.

Desde a primeira campanha da presidenta Dilma Rousseff em 2010, permeou o discurso de sua “inabilidade” para o cargo:

o argumento de que ela não seria uma pessoa política sustenta a crítica e a narrativa da sua orquestrada desqualificação. Rotulada grosseiramente como “gerentona”, a presidenta foi desacreditada como liderança política. Repetia-se, recorrentemente, durante seu governo a sua falta de habilidade para lidar com o Congresso, e, mais especificamente, para “barganhar” com os congressistas. A inexperiência da mulher naquele cargo embora seja um mote não explicitamente expresso, permeia as narrativas (RUBIM e ARGOLLO, 2018, p. 14).

Narrativas como essas tentam provar a falta de competência da presidenta no jogo político, num jogo de parcialidade desonesto, visto que, parte delas reivindicam a necessidade de uma reforma política, e outras criticam a falta de capacidade da presidenta para lidar com a barganha política (RUBIM e ARGOLLO, 2018). O argumento que coloca Dilma como “aventureira” no campo político foi repetido com o intento de desqualificá-la, mesmo não tendo fundamentos, uma vez que Dilma havia sido secretária do município em Porto Alegre, secretária de estado no Rio Grande do Sul, ministra de Minas e Energia e da Casa Civil no governo Lula. Na impossibilidade de desqualificá-la completamente, passou-se a considerá-la uma técnica, não uma política (PINTO, 2018, p. 25). Essa tentativa, no entanto, não está diretamente relacionada ao fato de Dilma nunca ter concorrido a cargos eletivos, “mas a sua propalada falta de tato para conversar e atender à classe política e aos interesses privados que chegavam até ela na condição de ministra” (PINTO, 2018, p. 25).

A crítica a Dilma por parte de alguns homens políticos de Brasília, possivelmente se devia a um conceito cristalizado do que é ser político. Uma breve percorrida por sua biografia mostra que a trajetória de Dilma se contrapõe a esta forma de fazer política:

“Ela começa sua militância na escola secundária (atual ensino médio) com 16 anos. (...) Nascida em 1947, seu envolvimento com a política ocorreu um ano antes do golpe militar que desde a primeira hora reprimiu, censurou, prendeu e torturou. A vida política legal dos jovens foi, pois, violentamente interrompida, e fez com que muitos deles continuassem militando em organizações clandestinas. Dilma Rousseff militou na Comando de Libertação Nacional (Colina) e posteriormente na Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR – Palmares).

(...) Os muitos grupos que lutavam na clandestinidade não foram tão fracos e desorganizados como um certo senso comum tenta impor, foram sim desbaratados por uma repressão violenta e cruel, que prendeu, torturou e matou. Consequência disto, Dilma foi presa e torturada em 1970, tendo ficado na cadeia até 1973.” (PINTO, 2018, p. 26)

Décadas depois aos fatos relatados, em 2008, como chefe da Casa Civil, um diálogo com o senador Agripino Maia pode servir para pensar sobre a pergunta “quem é político?”:

Senador José Agripino Maia (DEM): “A senhora mentiu na ditadura, mentirá aqui?”

Dilma Rousseff: “Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira, só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira.

Eu tinha 19 anos, fiquei três anos na cadeia e fui barbaramente torturada, senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para os seus interrogadores, compromete a vida dos seus iguais e entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia se fala a verdade, diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. E isso (aplausos) e isso, senador, faz parte e integra a minha biografia, que eu tenho imenso orgulho, e eu não estou falando de heróis.

Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, senador, porque aguentar a tortura é algo difícilimo, porque todos nós somos muito frágeis, todos nós. Nós somos humanos, temos dor, e a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande senador, a dor é insuportável, o senhor não imagina quanto é insuportável. Então, eu me orgulho de ter mentido, eu me orgulho imensamente de ter mentido, porque eu salvei companheiros, da mesma tortura e da morte.

Não tenho nenhum compromisso com a ditadura em termos de dizer a verdade. Eu estava num campo e eles estavam noutra e o que estava em questão era a minha vida e a de meus companheiros. E esse país, que transitou por tudo isso que transitou, que construiu a democracia, que permite que hoje eu esteja aqui, que permite que eu fale com os senhores, não tem a menor similaridade, esse diálogo aqui é o diálogo democrático. A oposição pode me fazer perguntas, eu vou poder responder, nós estamos em igualdade de condições humanas, materiais.

Nós não estamos num diálogo entre o meu pescoço e a força, senador. Eu estou aqui num diálogo democrático, civilizado, e por isso eu acredito e respeito esse momento. Por isso, todas as vezes eu já vim aqui nessa comissão antes. Então, eu começo a minha fala dizendo isso, porque isso é o resgate desse processo que ocorreu no Brasil. Vou repetir mais uma vez: Não há espaço para a verdade, e é isso que mata na ditadura. O que mata na ditadura é que não há espaço para a verdade porque não há espaço para a vida, senador. Porque algumas

verdades, até as mais banais, podem conduzir à morte. É só errarem a mão no seu interrogatório.

E eu acredito, senador, que nós estávamos em momentos diversos da nossa vida em 70.

Eu asseguro pro senhor, eu tinha entre 19 e 21 anos e, de fato, eu combati a ditadura militar, e disso eu tenho imenso orgulho.” (Transcrição de trecho de diálogo entre Dilma Rousseff e Agripino Maia, em maio de 2008)¹⁴

Dilma entrou na política ainda adolescente e logo foi obrigada a ir para a clandestinidade devido ao golpe militar, Agripino Maia entrou na política como prefeito de Natal, nomeado por seu primo, o governador Lavoisier Maia Sobrinho, do Rio Grande do Norte, também nomeado pelo general presidente Ernesto Geisel (PINTO, 2018, p. 27), no entanto, o senso comum possivelmente responderia que o político (no masculino) é aquele que ocupou ou ocupa cargos executivos, que tem “lábria”, que domina “táticas” para realizar acordos e trocas de favores (ainda que o cenário político vigente nos mostre um outro ponto de vista). Diante disso, a autora questiona:

“quem é político? O senador ou Dilma Rousseff? Um homem premiado pela ditadura, que só pulou fora de suas fileiras quando se deu conta de que o barco estava afundando, ou Dilma, uma mulher que se forjou na luta contra a opressão dentro e fora da cadeia? É Maia, o homem branco, rico e oligarca, o político? E Dilma o poste? A técnica perdida em Brasília? O que significa, para a elite política brasileira, para a mídia e até para alguns setores da esquerda, ser político? É ter lábria, é ser matreiro, é ser homem? Que qualidades teria Agripino Maia para ser considerado político e quais os defeitos de Dilma para ser qualificada como poste e técnica?” (PINTO, 2018, p. 28)

Dilma sempre teve uma vida política ativa. Junto a Brizola, foi uma das fundadoras do PDT. Foi secretária de Estado de Minas e Energia do governo de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul e, em 2000, licenciou-se do PDT para apoiar Tarso Genro, que disputava em segundo turno a prefeitura de Porto Alegre. Em 2001, Dilma se filiou ao PT e, no mesmo ano, participou da campanha eleitoral de Lula para a presidência da república, quando, conforme Pinto (2018), teve um importante papel nas proposições políticas para Minas e Energia, tornando-se, após as eleições, ministra

¹⁴ A transcrição do trecho se encontra disponível em:
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/dois-momentos-emblematicos-de-dilma-contra-ditadura.html>

da pasta. No segundo governo de Lula, em 2005, assumiu a chefia da Casa Civil, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo. De acordo com Pinto (2018), diante de um governo claramente preocupado com o crescimento econômico, com a infraestrutura, com as políticas sociais, que tinha uma forte exigência por administrar uma aliança de partidos políticos com interesses distintos, como foi o governo Lula, atesta-se que Dilma possuía uma capacidade técnica indiscutível e necessária. Suas posições claras sobre economia confirmam que “a presença de Dilma no governo Lula e, posteriormente, sua atuação como presidenta da República tem clara perspectiva política” (PINTO, 2018, p. 29). Porém, mesmo com sua longa trajetória política, marcada pela luta pela democracia, Dilma teve de enfrentar o sistema, mais uma vez, quando começou a articulação de um estratagema que culminaria na sua destituição.

Conforme ARAÚJO (2018, p. 34), no entanto, “a tentativa de deslegitimação como forma simbólica parece ter acompanhado a trajetória de Dilma desde que seu nome começou a ser veiculado como possível candidata à presidência”. É possível perceber esse processo de deslegitimação por meio dos mais diversos conteúdos midiáticos em reportagens e em editoriais, sem falar na propagação de estereótipos de gênero presente nas observações sobre roupas e cabelos, por exemplo.

Além disso, pode-se dizer que o processo de deslegitimação de Dilma foi marcado por ambiguidades: ora Dilma é caracterizada como, segundo ARAÚJO (2018, p. 45), “vazia de atributos pessoais, de capacidade intelectual, de experiência e de capacidade política, um ser vazio, apesar de uma trajetória de vida intensa”; ora como “um ser ameaçador, autoritário, manipulador e ambicioso”, o que não seria visto como problema caso se tratasse de um homem. Em relação a vida pública, ora é guerrilheira, portanto, uma pessoa perigosa e violenta; ora é uma “guerrilheira incapaz, sem coragem de pegar em armas” (ARAÚJO, 2018, p. 45). Em relação a sua vida privada, ora é uma mulher solitária, divorciada, sem um cônjuge; ora a mulher casada duas vezes, que foi submissa aos seus maridos. No tocante à sexualidade, também há variações: “da condição de assexuada à condição de lésbica; ou de assexuada à condição de histórica” (ARAÚJO, 2018, p. 45). Além disso, Dilma foi estigmatizada como incompetente politicamente por meio de estereótipos convencionais de gênero, sendo caracterizada como “emocionalmente destemperada”.

No decorrer da campanha a favor do impeachment, a questão de gênero foi aflorada de modo grotesco, através de ofensas sexuais, em adesivos e nas redes sociais, de palavras dirigidos a Dilma, para mencionar alguns exemplos. É possível dizer que nessa campanha, que foi, como lembra Pinto (2018), “levada a feito nas redes sociais por grupos conservadores e nas manifestações de rua lideradas por uma classe média urbana elitizada” demonstrou todo o preconceito existente contra as mulheres voltado a uma mulher.

Ainda, uma grande contradição da vida de Dilma na política delineou-se pela crise que resultou na deposição:

“por um lado, uma mulher que, desde os 16 anos estava envolvida em política; por outro, adversários e companheiros acusando-a de não ser política, de não ter sabido conversar com os deputados, de não ter sabido negociar. Somou-se a isso o grito preconceituoso das ruas” (PINTO, 2018, p. 30).

Nesse sentido, pode-se dizer que as acusações feitas a Dilma sustentadas com o argumento de que ela não é política são infundadas. Diante disso, a autora indaga:

“quem era visto como verdadeiro político nas rodas de homens brancos, ricos, conservadores e mesmo não tão ricos, nem tão conservadores? Dilma ou Sergio Cabral? Dilma ou Eduardo Cunha? Dilma ou Romero Jucá? Dilma ou Renan Calheiros? Dilma ou José Dirceu? Dilma ou Eunício de Oliveira? Dilma ou Moreira Franco? Dilma ou Delcídio do Amaral? Dilma ou Antonio Palocci?” (PINTO, 2018, p. 31)

Por fim, pode-se dizer que Dilma, longe de ser “bela, recatada e do lar”¹⁵, foi caracterizada por revistas como louca, má, agressiva, doente. É possível afirmar que Dilma foi (e ainda é), por vezes, desqualificada de forma misógina, e que essa dinâmica de desqualificação operou com o apagamento do histórico de sua participação política.

A próxima seção apresentará, do mesmo modo que aqui, um breve histórico sobre a trajetória política de Manuela D’Ávila, como também será apresentado o

¹⁵ Título de uma reportagem da revista Veja, que será retomada no capítulo 4 deste trabalho.

imaginário machista e misógino da mídia em relação a Manuela através de menções a algumas reportagens.

2.4 O imaginário sobre Manuela D'Ávila

“Há um ano começava a jornada mais extraordinária de minha vida política. Fui lançada à pré-candidata à Presidência pelo meu partido. [...] Viajei o Brasil inteiro, encontrei sorrisos esperançosos, me tornei candidata à vice [...] De minha parte, ainda a felicidade particular de ter vencido o meu maior desafio: conciliar a maternidade (de um bebê que ainda era amamentado) com a loucura de uma campanha que durou o ano inteiro. Foi lindo. Foi lindo ver a cultura política sendo transformada e Laura sendo acolhida por vocês. Na era do ódio e das mentiras, o meu amor por Laura e o abraço de vocês a nós duas, foi a resistência. Porque amar é resistir”¹⁶

Ainda antes de seu lançamento como pré-candidata à presidência pelo PCdoB, Manuela enfrentou questionamentos referentes à conciliação da maternidade com sua atuação na esfera pública. O fato de Manuela levar sua filha, Laura, que atualmente tem 3 anos, às sessões na Assembleia Legislativa e em suas viagens de campanha enquanto pré-candidata e, posteriormente, como candidata à vice, causou diversos questionamentos, tanto por parte de colegas deputados e jornalistas, como também de usuários das redes sociais. Em um post no *Facebook*, Manuela, em resposta a um jornalista que criticou o fato de ela levar Laura em suas viagens de campanha, disse: “Então, gente machista desse Brasil varonil: não me perguntem porque levo Laura. Perguntem quem cria os filhos dos candidatos de vocês, beleza?”¹⁷. Diante de questionamentos como tal, Manuela sempre se posicionou dizendo que se trata de uma escolha, e que havia criado condições para conciliar a maternidade com a agenda de campanha. A deputada ainda comenta: “Nunca vi jornalista/comentarista perguntar quem tá cuidando dos filhos dos políticos que trabalham sete dias por semana fazendo campanha”¹⁸, e acrescenta, em entrevista à revista *Crescer*: “Nunca vi um homem, uma única vez, ser questionado a respeito de responsabilidade sobre seus filhos em

¹⁶ Trecho da legenda de uma foto publicada por Manuela D'Ávila em seu *Instagram*, referindo-se à primeira entrevista concedida na condição de pré-candidata à presidência pelo PCdoB.

¹⁷ Texto disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/308913-1>

¹⁸ Texto disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/308913-1>

casa - ser mãe é que é problema; pai, não é”¹⁹. Essa afirmação remete a uma série de debates acerca da participação paterna na criação dos filhos, visto que, muitas vezes, pais não se encarregam de tarefas como dar banho, alimentar, levar à creche/escola, entre outras, que acabam ficando sob total responsabilidade das mães.

Como será visto mais adiante, o fato de Manuela compartilhar sua maternidade nas redes sociais fez com que inúmeros comentários maldosos e de cunho machista fossem escritos em suas redes sociais. Inicialmente, no entanto, será discorrido, de forma breve, alguns dos pontos mais pertinentes durante a trajetória de Manuela D’Ávila na política, relacionando a alguns acontecimentos tratados pela mídia durante sua trajetória como deputada federal e estadual e como pré-candidata e candidata à vice presidenta.

Manuela D’Ávila é formada em jornalismo pela PUCRS e em sociologia pela UFRGS, onde atualmente é mestranda em Políticas Públicas. Em 1999 filiou-se à União da Juventude Socialista (UJS), iniciando sua trajetória política. Em 2001, ingressou na política partidária, filiando-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), onde continua até hoje. No ano seguinte assumiu a diretoria nacional da UJS e, em 2003, foi conselheira do Conselho Universitário da UFRGS, coordenadora do Centro de Estudantes de Ciências Sociais, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e presidente estadual em 2005. No PCdoB, foi membro da direção municipal em Porto Alegre de 2003 a 2005, e membro da direção estadual de 2003 a 2007.

Em 2004, aos 23 anos de idade, tornou-se a vereadora mais jovem de Porto Alegre ao ser eleita com 9.493 votos. Na Câmara Municipal, foi presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, e aprovou a lei que regulamenta a meia-entrada em eventos culturais na cidade de Porto Alegre. Também foi vice-presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência. Em reconhecimento ao trabalho relevante que prestou durante seus dois anos como vereadora, recebeu uma homenagem da UVERGS (União dos Vereadores do Rio Grande do Sul). Ainda no cargo, foi líder da bancada do PCdoB, e, em 2005, foi eleita presidente da UJS do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Texto disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2018/05/ser-mae-e-que-e-problema-pai-nao-e-diz-manuela-davila-sobre-incomodo-causado-pela-presenca-da-filha-laura.html>

Em 2006 foi eleita a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, com 271.939 votos. No cargo, Manuela coordenou a frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura e a Frente Parlamentar Mista pela Democratização da Comunicação com Participação Popular. Com o deputado Átila Lira (PSB/PI), Manuela implementou a lei dos estágios, que regulamenta os estágios nos ensinos superiores e técnicos, dando direito a férias e carga horária de no máximo 6 horas. Foi relatora do Estatuto das Políticas Públicas para a Juventude, que foi construído a partir de debates com jovens, gestores públicos e especialistas em questões da juventude em todo o país. O Estatuto prevê benefícios aos estudantes no transporte público, no financiamento estudantil e no ingresso em universidades públicas. Na área da cultura, Manuela conseguiu aprovação do Plenário da lei que criou o vale-cultura, que garante um benefício no valor de 50 reais ao trabalhador que receba até cinco salários mínimos para ser utilizado em serviços e produtos culturais.

Nas eleições municipais de 2008 candidatou-se à prefeitura de Porto Alegre pelo PCdoB, ficando em terceiro lugar, com 15,35% dos votos válidos. Já em 2009, Manuela foi indicada por jornalistas ao Prêmio Congresso em Foco e foi eleita como a deputada que melhor representa a população na Câmara. Ainda em 2009, Manuela foi vice-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, votando em projetos como a criação de varas federais do trabalho em diversas regiões do país. Nesse período, Manuela defendeu o fim das demissões coletivas e consolidou sua relação com sindicatos de trabalhadores e centrais sindicais.

Nas eleições de 2010 foi reeleita deputada com 482.590 votos, tendo sido a deputada federal mais votada na história do estado e a parlamentar mais votada no Brasil. A partir de 2011 atuou como vice-líder do governo de Dilma Rousseff no Congresso e foi indicada pela revista Época como uma das 40 personalidades com menos de 40 anos mais influentes do Brasil. Também foi indicada novamente ao prêmio Congresso em Foco em duas categorias: melhor parlamentar e parlamentar do futuro, ficando entre os melhores colocados na votação do público. Manuela assumiu também a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara, defendendo a democratização da comunicação e o direito à informação. Após a presidência da CDHM, Manuela foi eleita vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tratando de temas como a soberania do Brasil

e a relação com outros países. Foi novamente candidata à prefeitura de Porto Alegre em 2012, ficando em segundo lugar no pleito que elegeu José Fortunati, do PDT.

De volta à Câmara dos Deputados, em 2013, Manuela foi a única mulher escolhida como líder da bancada do PCdoB na Câmara. Durante esses dois mandatos como deputada federal, Manuela foi reconhecida no Brasil e na América Latina pela defesa dos interesses da juventude e dos trabalhadores. Nas eleições de 2014, Manuela se candidatou à deputada estadual e foi eleita como a mais votada do Rio Grande do Sul, com 222.436 votos.

Atualmente, Manuela exerce o cargo de deputada estadual em Porto Alegre e é casada com o músico Duca Leindecker, com quem teve uma filha, a Laura. Foi nesse contexto que Manuela passou a se dedicar fortemente a pautas referentes às mulheres e à maternidade.

Voltemos, no entanto, ao período do primeiro mandato de Manuela como deputada federal. Após as eleições, a imagem de Manuela, que até então era a de jovem lutadora e idealista, engajada em movimentos e políticas estudantis, representante de uma política de cara nova, converteu-se em uma imagem na qual a ênfase estava nos atributos estéticos. Assim, pode-se dizer que a mídia, que inicialmente direcionou os holofotes à grande votação feita por Manuela, passou a legitimar sua imagem de musa, deixando suas propostas e ações políticas a um segundo plano (ou então, ignorando-as). A partir do momento que a imagem de Manuela ganhou contornos nacionais através dos meios de comunicação em massa, o viés da luta, do engajamento em movimentos ligados à juventude foi, de certo modo, relegado pela minimização de sua representatividade às questões estéticas. Um dos exemplos disso está em uma matéria da Folha Online, de 8 de outubro de 2006, intitulada “Musa do Sul vê beleza com desdém”²⁰. Na matéria, escrita por Débora Yuri, menciona-se, entre outras coisas, o namoro de Manuela, o que possivelmente não seria questionado caso o entrevistado fosse um deputado homem. Uma outra matéria, desta vez da revista IstoÉ, traz como título “Manu, a sedutora”²¹. A reportagem, que é do dia 19 de março de 2008, inicia da seguinte forma: “Assim que pisou em Brasília em fevereiro do ano passado, Manuela D’Ávila foi eleita a musa do

²⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u84871.shtml>

²¹ Disponível em: https://istoe.com.br/1901_MANU+A+SEDUTORA/

Congresso. Com toda razão. A jovem deputada do PCdoB gaúcho chama a atenção. É mesmo uma mulher muito bonita”. Além da ênfase dada à beleza, faz-se questão de falar do namoro da deputada com o até então colega de parlamento, mencionando a diferença de idade entre os dois. Pode-se dizer que estamos diante de uma situação que só ocorre quando o alvo é uma mulher – se a reportagem fosse a respeito de um político, como Michel Temer, ao menos à época, a diferença de idade entre ele e sua esposa não receberia o mesmo foco que recebeu em relação à Manuela.

Outro texto extraído da revista IstoÉ, de 7 de março de 2007, tem como título “A loira inteligente”²². A partir desse título já podemos perceber um estereótipo bem marcado pela sociedade, que é o de que a loira é classificada como “burra”. No próprio texto são mencionadas a altura, o peso e as medidas da deputada, que é comparada a Vênus de Milo. Diante disso, entre outros motivos, é possível dizer que “a mídia influencia a forma de se pensar a política, promovendo uma ‘espetacularização da política’, que transforma tanto o aspecto material quanto o aspecto semântico dos enunciados políticos” (GREGOLIN, 2006, p. 28).

Já no cargo de deputada estadual, em 2016, Manuela foi alvo de muitas críticas referente a questão da amamentação em locais públicos. É importante lembrar que junto ao deputado Luiz Fernando Mainardi (PT), Manuela aprovou, em 2015, a lei que garante que as mães possam amamentar onde quiserem, seja em locais públicos ou privados. A polêmica quanto a essa questão foi intensificada quando Manuela publicou em uma conta do *Instagram* (@leisdelaurla, conta utilizada por Manuela para compartilhar suas impressões sobre a maternidade) uma foto enquanto amamentava sua filha, Laura. Mediante às críticas, Manuela expôs em entrevista à revista VIP²³: “Nunca imaginei que o gesto de amamentar pudesse ter qualquer conotação sexual”.

Passemos à pré-candidatura e candidatura de Manuela (à presidenta e à vice, respectivamente). Entre os acontecimentos que permearam sua campanha, destaco, primeiramente, a ofensiva machista que Manuela enfrentou em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 25 de junho de 2018. Na entrevista em questão, Manuela foi interrompida 62 vezes²⁴ pelos entrevistadores, o que destoou

²² ISTO É. São Paulo, 7 mar 2007, n 1949, ano 30, p. 42-43

²³ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/manuela-davila-quer-o-fazer-a-disputa-com-lula-no-voto/>

²⁴ Essa contagem foi feita em um vídeo produzido pela Secretaria Nacional das Mulheres do PT, e está disponível em: <https://www.facebook.com/SECNMPT/videos/223685505024798/>

em relação aos pré-candidatos Ciro Gomes e Guilherme Boulos, por exemplo, que foram interrompidos 8 e 12 vezes, respectivamente. A postura dos interlocutores de Manuela caracteriza uma modalidade de sexismo conhecida como *manterrupting*, que é quando uma mulher é impedida de concluir seu raciocínio e sua fala, uma ‘tática’ utilizada como forma de menosprezar e dominar a mulher.

Diversas vezes, tanto antes como após a campanha, Manuela foi caracterizada como “comunista de iPhone”, “comunista de boutique” (ou algum termo semelhante), “esquerda caviar”, “aborteira”, entre outros. Comentários misóginos, feitos no intuito de desqualificar profissionalmente, ou sexualizar o corpo feminino, aparecem frequentemente nas redes sociais de Manuela D’Ávila.

Diante desse breve panorama, que teve o intuito de apresentar alguns momentos da trajetória de Manuela D’Ávila na política, pode-se dizer que o que foi apresentado até aqui, seja atrelado à mídia, aos internautas, ou a outros políticos, estão relacionados a uma das noções do discurso que será tratada em uma das seções no próximo capítulo desse trabalho, que é a noção de “*formação imaginária*”.

3 ANÁLISE DO DISCURSO: BASES TEÓRICAS

3.1 Uma introdução

Pode-se dizer que algumas das principais contribuições da Análise do Discurso (AD) são: a problematização no ato da leitura; o reconhecimento de que nós enquanto sujeitos falante ou leitores interpretamos do modo como interpretamos porque somos interpelados por uma ideologia, e por isso não há como ser neutro; e a percepção de que não há como não nos assujeitarmos à língua e a suas falhas. Após momentos de reflexão, é possível compreender que, embora se façam tentativas, é impossível o sujeito ser consciente de tudo, pois ele não tem o controle total daquilo que produz e fala. Compreende-se também que não há textos fechados, que eles não são constituídos de início, meio e fim; mas estão em aberto, e os sentidos só são atribuídos porque o sujeito se inscreve na história. Esse trabalho está inscrito na Análise do Discurso como uma teoria combativa ao senso comum, ao sentido que aparentemente está fechado, ao sentido que se cristalizou pela repetição. A Análise do Discurso, assim, interroga as interpretações hegemônicas.

Diante desse breve preâmbulo, a Análise do Discurso francesa, teoria à qual me filio para a escrita desse trabalho, será explorada da seguinte maneira: inicialmente, será feita uma breve exposição da história da Análise do Discurso; após, serão mobilizadas algumas das noções presentes na teoria discursiva, como a de língua, discurso, sujeito, interpretação, ideologia, formação imaginária, formação discursiva, entre outras. É importante ressaltar, no entanto, que as noções pensadas na AD não são estanques, fixas, visto que elas se mesclam e são sempre refletidas nas análises. Assim, como diz INDURSKY (2008, p. 10), “em Análise do Discurso ocorre uma inquieta relação que vai, em um constante movimento pendular, da teoria para a análise e, desta, de volta para a teoria”. Desse modo, não se pode falar em conceitos prontos, fechados, mas também não é possível uma conceituação na qual tudo é possível e nada escapa. Pode-se dizer que os conceitos em AD se interligam e podem reconfigurar-se em cada processo analítico. Assim, a AD pode ser concebida como uma teoria de rupturas conceituais.

3.1.1 Um breve histórico

No auge do Estruturalismo, no final da década de 1960, Michel Pêcheux dá início à Análise do Discurso na França. Ao longo dos estudos estruturalistas até então, havia a deliberada *exclusão do sujeito*: havia uma tentativa de normalizá-lo, visto que esse poderia perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua objetivada, padronizada, conforme pensada pela leitura estruturalista de Saussure. Assim, a AD nasce, do ponto de vista político, segundo Ferreira (2004), como uma intervenção, uma ação transformadora, visando combater o excessivo formalismo linguístico então vigente. Pode-se dizer que a AD surgiu em uma conjuntura intelectual na qual a ênfase estava nas relações entre estrutura e história, indivíduo e sujeito, língua e fala, e também na qual a interpretação era interrogada. A passagem feita pela AD vem para colocar em questão as noções de sujeito, de indivíduo, de língua, de fala, de história e de interpretação, então vigentes, como também procura ultrapassar as dicotomias estabelecidas e pôr em questão a suposta transparência do sentido (ORLANDI, 2005, p. 6).

Pêcheux, com a interlocução de Michel Plon e Paul Henry, inicia a formulação da Análise do Discurso, tendo como referências G. Canguilhem e L. Althusser. Assim, a Análise do Discurso que Pêcheux propõe interroga a Linguística pela historicidade que ela exclui, e, do mesmo modo, as Ciências Sociais, questionando a transparência da linguagem sobre a qual elas se sustentam, estabelecendo a relação entre o simbólico e o político como central.

No Brasil, os estudos sobre AD são introduzidos por Eni Orlandi, cuja produção teórica possibilitou a institucionalização da teoria enquanto disciplina – como parte dos currículos de graduação e de pós-graduação, do Instituto de Estudos da Linguagem, especificamente do Departamento de Linguística, conforme relata a própria autora (2005, p. 16). Para ORLANDI (2005, p. 9), a AD se configura como uma “disciplina de solo fértil, com muitas consequências tanto para a teoria como para a prática do saber linguístico”, mesmo que haja algumas resistências e antagonismos. A AD pretende-se, assim, como uma disciplina que tem o discurso como objeto. Desse modo, a AD recorta seu objeto teórico, sendo distinguido da linguística imanente, centrada na língua, nela e por ela mesma, e também das demais ciências humanas, que usam a língua como instrumento para explicar textos.

Dessa maneira, Orlandi (2005, p. 12) elenca algumas implicações da AD no campo das disciplinas da linguagem da seguinte forma: para as Ciências Sociais redefine-se o que é político, o que é ideologia, o que é histórico, o que é social, fazendo intervir a língua; para a linguística refina-se as concepções de exterioridade (sujeito, situação, contexto memória) e suas articulações no interior do próprio campo da linguística; para a psicanálise, a noção de discurso faz emergirem questões que interrogam o sujeito no mundo; para a ideologia, é reconhecida a demanda de outros instrumentos para compreendê-la e que exigem ressignificações teóricas, descobertas, deslocamentos. Na forma como a conhecemos no Brasil – trabalhando o sujeito, a história e a língua – a AD, de acordo com Orlandi (2005), é constituída no interior das consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem três novos campos de saber: a que institui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo. A AD constitui-se como o que a própria autora denomina como “disciplina de entremeio” (1996), visto que sua constituição se dá às margens das ciências humanas, entre as quais ela opera um forte deslocamento de terreno. Assim, como diz Michel Pêcheux (1981), não se trata de fazer uma adição de três teorias distintas com a intenção de resultar em uma teoria discursiva, pois “a análise do discurso tem seu método e seu objeto próprios que tocam as bordas da linguística, da psicanálise, do marxismo, mas que não se confundem com eles” (ORLANDI, 2015b, p. 15). Desse modo, a AD pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo, e essa pressuposição ocorre na medida em que se constitui da relação das três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação, e a teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação. Tudo isso atravessado por uma teoria psicanalítica do sujeito.

O trabalho realizado no Brasil teve um retorno sobre o trabalho na França, no entanto, no Brasil, conforme relata Orlandi (2005), há uma relação de “consistência histórica”, sem solução de continuidade entre o que se chama Análise de Discurso e sua institucionalização. Já em relação à França, os que se autodenominam analistas de discurso da escola francesa não “coincidem” com Pêcheux e o grupo de pesquisadores responsáveis pelas produções teóricas que fundaram a AD.

Voltando ao início, lembramos que a AD é inaugurada com a publicação de *Análise Automática do Discurso* (AAD), bem como com o lançamento da revista *Languages*, organizada por Jean Dubois, e, a partir de então, vai em busca do sujeito

que é encontrado em parte na psicanálise, apresentado como um sujeito descentrado, distante do sujeito consciente, que se pensa livre e que tem controle sobre o que diz; e em parte no materialismo histórico, o sujeito assujeitado (conforme a noção de ideologia proposta por Althusser), constituído materialmente pela linguagem e interpelado pela ideologia.

A AD surge, assim, em um contexto intelectual afetado por rupturas: uma delas era a de que não era mais possível considerar o sentido apenas como conteúdo – o que permitia à análise do discurso visar *como* um texto funciona, e a outra se dava pelo deslocamento no modo como a leitura era vista pelos intelectuais. Este fato pode ser pensado a partir de trabalhos como os de Althusser (ler *O Capital*), de Lacan (leitura de Freud), de Foucault (*Arqueologia do saber*), e de outros pensadores da época que interrogavam o sentido de ler. Visto que a leitura aparece como a “construção de um dispositivo teórico” (ORLANDI, 2012, p. 20), a autora designa a suspensão da noção de interpretação.

O que a AD se propõe a fazer é, em poucas palavras, mobilizar o exterior linguístico e colocá-lo como parte constitutiva da linguagem. Desse modo, “a língua, o sujeito e a história estão, desta forma, interligados, não meramente por uma questão de trans ou interdisciplinaridade (...), mas sim por estas três noções formarem uma disciplina de entremeio” (AIUB, 2014, p. 63).

A fim de apresentar como essas noções se relacionam e se entrelaçam, as próximas seções do trabalho serão divididas de forma que tais noções não sejam expostas de maneira estanque (o que seria impossível), mas que seja possível reconhecer as relações entre umas e outras. Para tal, é preciso conceber que a AD trabalha num lugar em que o equívoco faz parte da língua quando ela é inscrita na história, lugar em que ela produz sentido.

3.2 Discurso, língua e sujeito

Para Pêcheux (2015), o discurso é definido como sendo efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto, e de “uma busca infinita que, sem cessar, como lembra Denise Maldidier (2003), “lhe escapa” (FERREIRA, 2013, p. 39). Em AD, o discurso não é o mesmo que “fala” conforme a

dicotomia (língua/fala) proposta por Saussure. A língua é a condição de possibilidade do discurso. Entretanto, não há uma separação estável entre eles, uma vez que, as sistematicidades que envolvem língua e discurso, segundo Pêcheux (1975), não existem como um bloco homogêneo de regras. De acordo com Ferreira (2013), as questões relativas à língua, à história e ao sujeito se concentram e se confundem no discurso, como um verdadeiro nó. Pode-se dizer que Pêcheux, ao longo da teoria do discurso, sempre considerou a importância pioneira da linguística saussuriana e de seus postulados, como a ideia de sistematicidade da língua enquanto sistema e do conceito de signo e valor. Ao mesmo tempo, entretanto, Pêcheux também fez oposição a essa teoria linguística, uma vez que se distanciou dela para fazer intervir o conceito de discurso, rompendo com o corte saussuriano de *língua/fala* e mudando a relação entre os termos do novo par *língua/discurso* de oposição à contradição.

É importante lembrar que discurso não é apenas uma transmissão de informação, visto que não existe uma linearidade no processo de comunicação. Uma vez que os sujeitos e sentidos são afetados pela língua e pela história no funcionamento da linguagem, tem-se processos de identificação do sujeito, argumentação, subjetivação, construção da realidade, mas não que esse seja um esquema estanque na ideia de comunicação. Orlandi (2015a) afirma que a linguagem serve tanto para comunicar, como para não comunicar, sendo as relações de linguagem relações de sujeitos e de sentidos com efeitos múltiplos e variados. É também pelo discurso que se compreende melhor as relações entre pensamento/linguagem/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais dessa relação.

Para que apreendamos a noção de sujeito em AD, é necessário entender o que é uma forma-sujeito. De acordo com Althusser (1983), o indivíduo só pode ser agente de uma prática se for revestido de forma-sujeito. A forma-sujeito é, assim, a forma da existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.

O sujeito da AD é marcado socio-historicamente, interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente. É um sujeito descentrado. A partir disso, a noção de língua para a AD está ligada à noção de falha, visto que não é mais uma língua pensada como um sistema fechado, mas como um sistema heterogêneo, com possibilidade de rupturas, que é afetado pela exterioridade. Assim, podemos diferenciar a língua da

linguística da língua da AD²⁵: aquela é vista pelo viés de sua organização, e esta é vista pelo viés de sua ordem, de modo que ela seja trabalhada numa perspectiva discursiva, na qual sua materialidade relacionada com a história seja reconhecida. Desse modo, a língua na AD não é completa, pois, como aponta Aiub, “ela é constituída daquilo que lhe falta; o sujeito não é uno, pois sofre determinação histórica; e a história é passível de equívocos” (2014, p. 71).

Não se pode pensar o sujeito como origem de si, como diz Pêcheux (1975 [1988]). O sujeito não é dono do seu dizer, uma vez que é afetado pelo inconsciente; e não tem domínio sobre os sentidos, visto que é interpelado ideologicamente. Da interpelação do indivíduo em sujeito resulta a filiação a uma formação discursiva, na qual se ocupa uma posição-sujeito. A despeito disso, pode-se afirmar que os sujeitos que proferem discursos misóginos voltados a Dilma Rousseff e Manuela D’Ávila são interpelados por uma ideologia que tem por preceitos a repressão e a dominação dos homens sobre as mulheres. Assim, esses discursos são identificados em uma formação discursiva na qual o saber dominante poderia ser resumido, por exemplo, com o seguinte dizer: “Lugar de mulher é na frente do fogão/tanque/em casa cuidando dos filhos, e não na política”.

O sujeito só é sujeito porque ele é assujeitado, pois ele precisa estar sujeito à língua para ser sujeito do que diz. Conforme Orlandi, “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (2015b, p. 22). Assim, o sujeito é assujeitado à língua na história, e só pode dizer na condição de afetado pelo simbólico. Ou seja, não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua (ORLANDI, 2015b). Do mesmo modo, é preciso que a língua, que é passível de equívoco, sujeita a falhas, se inscreva na história para que a relação da ordem simbólica com o mundo faça sentido. A autora corrobora dizendo que “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito afetado pela língua com a história” (2015a, p. 45). Assim, o sujeito precisa se render às condições impostas pela língua para que possa dizer. Ferreira diz que “falar do sujeito, é falar, de algum modo, da falta que lhe é inerente e que o constitui” (2007, p. 101). É a falta que abre a possibilidade para diferentes sentidos, de falhas, de rupturas. Assim,

²⁵ Para a Análise do Discurso, a concepção de língua das teorias linguísticas tem base em Saussure, em que a língua é “um sistema de valores puros” (SAUSSURE, 2006, p. 130), no qual um signo é o que o outro não é.

“se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva” (FERREIRA, 2004, p. 40). Nesse sentido, é possível dizer que, mesmo que um discurso possa parecer inofensivo à primeira vista, outros sentidos contrários podem ser apreendidos dele. Ao dizer, por exemplo, que é surpreendente Manuela ser tão jovem e feminina e ao mesmo tempo com tanta capacidade e conteúdo, o sujeito está dizendo, entre outras coisas, que esses últimos atributos são naturalmente masculinos, pois, por estar se tratando de uma mulher, é necessária uma justificativa.

A relação do sujeito com a língua, a história e os sentidos é realizada, pois, pelo gesto de interpretação. O sujeito, atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, só tem acesso à parte do que diz, uma vez que, ele é materialmente dividido desde sua constituição. Conforme já dito, ele é sujeito à língua na história, pois para se constituir, falar, produzir sentidos ele é afetado por elas. Como diz Ferreira,

o sujeito do discurso, em sua relação com a língua, estabelece um processo de constituição mútua, constituindo-se e constituindo-a no seio de acontecimentos histórico-sociais. Assim, ele não é totalmente livre, dado o modo de sua constituição, nem totalmente determinado por mecanismos externos (FERREIRA, 2003, p. 192)

O sujeito discursivo é pensado como um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (FOUCAULT, 2007). No entanto, o sujeito não tem acesso ao modo como ocupa seu lugar, ele não tem acesso à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Segundo Orlandi,

ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua, de outro, pelo mundo, pela experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (2015a, p. 50, 51).

Sujeito e sentido escorregam, derivam para outro sentido, para outras posições, assim, sujeito e sentido se repetem e se deslocam. Pelo interdiscurso – a memória

discursiva – o dizer é sustentado em uma cristalização de formulações já feitas mas esquecidas e que constroem uma história de sentidos. Uma vez que não detemos o controle sobre uma memória, temos a impressão que sabemos o que estamos falando. De acordo com Orlandi,

este apagamento é necessário para que o sujeito se estabeleça um lugar possível no movimento de identidade e dos sentidos: eles não retomam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem (2015a, p. 52).

Considerando a natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem, mesmo que todo sentido se filie a uma rede de constituições, ele pode ser deslocado nessa rede. Há também, no entanto, injunções que estabilizam e bloqueiam o movimento significativo, então, o sujeito é pego por dizeres já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Aí tem-se 3 formas de repetição (ORLANDI, 2015a): a empírica (mnemônica), na qual só se repete; a formal (técnica), que refere-se a outra forma de dizer a mesma coisa, e a histórica, que é a que desloca, permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso.

Uma vez que não é pleno, não controla seu dizer (mas tem essa impressão), o sujeito, de acordo com Pêcheux (2009, p. 150), “constitui-se pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”. Assim, ele tem a ilusão de que é a origem do dizer e a ilusão de controlar o que diz. Portanto, o sujeito está ligado a dois tipos de esquecimento, os quais Pêcheux e Fuchs (1997, p. 176) chamaram de “esquecimento nº 1” e “esquecimento nº 2”. O esquecimento nº 1 trata de uma zona inacessível ao sujeito. Por esse esquecimento o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz. É chamado de esquecimento ideológico e é de natureza inconsciente. Ele refere-se, conforme Aiub (2014, p. 78), “às condições de existência da relação subjetiva, isto é, refere-se ao não formulável, ao não-afirmado e é ele que regula a relação entre o dito e o não dito”.

No esquecimento nº 2, o sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. Nele, o sujeito tem a ilusão de que sabe e consegue controlar o dizer e o que diz tem apenas uma interpretação, que é a que seu interlocutor fará. Segundo Orlandi, esse “é um esquecimento parcial, semi-consciente” (2015a, p. 33). É chamado de

esquecimento enunciativo, e nele há um espaço para que o sujeito tenha a ilusão de acessar o sentido, como se fosse o único.

3.3 Interpretação e ideologia

“É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito de literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade” (ORLANDI, 2012, p. 22)

Uma vez que “a linguagem não é transparente, e interpretar não é atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentidos” (ORLANDI, 2015b, p. 28), o sujeito é levado a interpretar mediante a qualquer objeto simbólico, pois existe uma necessidade de “atribuir” sentido. Dessa maneira, a interpretação é regida por condições de produção específicas que, entretanto, aparecem como universais e eternas. A interpretação é o lugar da ideologia materializado pela história. E é a ideologia a responsável pelo direcionamento dos sentidos. Diante disso, visto que a sociedade foi constituída por um viés patriarcal (conforme o ponto de vista apresentado no segundo capítulo), é possível dizer que o sujeito, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, ao emitir discursos machistas contra Dilma e Manuela, inscreve-se em uma formação discursiva machista por questões sócio históricas e ideológicas (em relação ao fato de tratar-se de políticas de esquerda).

A ideologia representa a saturação, está ligada ao excesso. Esse efeito de completude, conforme Orlandi (2015b, p. 29), “produz o efeito de “evidência”, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos todos como “naturais”. Desse modo, sempre há interpretação, visto que não há sentido que não passe por um gesto interpretativo do sujeito.

A AD coloca a interpretação em questão, visando a compreensão de como objetos simbólicos produzem sentidos. Segundo Orlandi (2015a), a AD não para na interpretação, mas trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos

de significação. Não existe a busca por um sentido verdadeiro, visto que não há uma chave de interpretação, mas há método, há construção de um dispositivo teórico. Por isso, pode-se dizer que muitos sentidos podem ser atribuídos a um objeto simbólico, mas não qualquer um. Assim, “a AD visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2015a, p. 24).

A noção de ideologia é ressignificada a partir da consideração da linguagem em AD. O fato de que não há sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia. A ideologia tem o trabalho de “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2015a, p. 44). A ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, ou seja, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza o dizer.

Pensa-se a interpretação para que se pense a ideologia. Conforme Orlandi, “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante” (2015a, p. 45). Assim, não há realidade sem ideologia. A ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido.

Considera-se que o dizer é aberto e está sempre em curso, no entanto, não é por esse fato que o processo de significação não é regido, não é administrado. Na verdade, é devido a esta abertura que há determinação. Sabendo-se disso, podemos pensar no texto como materialidade na perspectiva discursiva. Segundo Orlandi (1996), o texto “parte” a inúmeras direções, em múltiplos planos significantes. Novos produtos significativos são constituídos pelas diferentes versões e formulações de um texto. Conforme a autora, “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade” (ORLANDI, 1996, p. 14). Assim, podemos afirmar que a materialidade do texto está ligada à sua exterioridade. Desse modo, ainda que um texto possa tomar diferentes direções significativas, ele é regido por uma ordem (que vem da relação com a exterioridade). Essa compreensão é possível, de acordo com Orlandi (1996), se não pensarmos o texto em sua organização, mas em sua ordem significativa. Diante disso, pode-se pensar sobre os textos que circulam nas mídias sobre Dilma e Manuela. Foi visto no capítulo anterior que a mídia fez tentativas de apagamento da

memória a respeito da trajetória de Dilma por meio de reportagens que a desqualificavam por sua personalidade. Em relação a Manuela, logo após sua primeira eleição como deputada federal, houve, de certo modo, um apagamento de sua imagem de jovem visionária no momento em que o foco passou a ser dado a sua beleza. Assim, pode-se dizer que, às vezes de forma mais velada, em outras não, é possível interpretar que os discursos machistas presentes na mídia foram (e são) proferidos por divergências políticas em relação a Dilma e a Manuela. Nesse sentido, considerando que o sujeito se assujeita à língua, os sujeitos deixam transparecer na esfera discursiva quais são suas posições. Daí tem-se textos nos quais as formações discursivas que afetam os sujeitos necessariamente aparecem.

A interpretação, vista como um ato no nível simbólico (PÊCHEUX, 2014), se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio (ORLANDI, 1996). Interpretação e ideologia estão ligadas no sentido de que a interpretação é o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história. É o gesto de interpretação que direciona os sentidos, e é assim que o sujeito decide sobre sua direção. Diante disso, Orlandi conclui que “o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 22).

Ainda a respeito da interpretação, podemos afirmar que não se trata de um mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido, e nem é livre de determinações, visto que é necessário que haja uma intervenção da história e junto com ela o equívoco, a ambiguidade, a opacidade, a espessura do material significante para que a língua faça sentido. Por isso a necessidade de administrá-la, de regular as suas possibilidades e as suas condições.

Como já visto, conforme Orlandi (2005a), diante de qualquer objeto simbólico somos solicitados a significar, e na medida em que os sentidos são uns e não outros, em dadas condições de produção, a interpretação se apaga como tal. Aí temos um dos aspectos da ideologia: sempre há condições para que os sentidos sejam *a* e não *b*, para que eles tenham uma direção que constituam uma posição do sujeito. Conforme Orlandi (1996), a interpretação pela ligação entre o que faz de um homem um ser simbólico e de um homem um ser histórico. Ao mesmo tempo em que os fatos reclamam sentidos (HENRY, 1989), o homem está condenado a significar (ORLANDI,

1990). É, portanto, a relação entre essas necessidades em relação ao significar que constitui o cerne do gesto de interpretação (ORLANDI, 1996).

3.3.1 Ainda sobre a ideologia

No momento atual, corremos o risco de sermos insultados e censurados ao falarmos em ideologia. Uma série de constatações está ocasionando a que se pense “ideologia” com uma conotação negativa e atrelada ao comunismo, ao esquerdismo – junto a todas as possíveis formulações equivocadas a respeito deles. Fala-se exaustivamente em “doutrinação ideológica” como se se tratasse de um ato político-partidário de esquerda, o que remonta ao desconhecimento sobre o fato de que todo dizer é ideológico. A partir disso, vale dizer que “negar a existência da ideologia é dar evidências de que ela existe, e existe produzindo efeitos” (AIUB, 2015, p. 105).

Conforme abordado na seção anterior, a ideologia dá direcionamento ao gesto de interpretação, que é ela que faz com que o sujeito interprete de uma maneira e não de outra. Todo sujeito, sendo ele constituído pela linguagem, é interpelado ideologicamente. A ideologia é a responsável pelo processo de constituição dos sentidos sobre os quais o sujeito não tem acesso, de modo que haja sempre interpretação.

Ainda sobre a interpelação ideológica, no entanto, pode-se afirmar que ela não é da ordem da completude, visto que ela falha. É devido a essa falha, porém, que o sujeito é autorizado a questionar, o que possibilita seu deslocamento em uma formação discursiva. Se não houvesse falhas no processo de interpelação ideológica, não haveria condições de interpretações distintas. Como diz Orlandi (2005, p. 107), “sem ideologia, seríamos felizes para sempre”. Assim, vale adiantar que, os discursos analisados nesse trabalho são identificados em posições-sujeito de contradição, de ofensas e de violência contra Dilma Rousseff e Manuela D’Ávila. Nesse sentido, pode-se afirmar que a ideologia está no interior dos dizeres dos sujeitos do discurso, embora não estejam conscientes disso.

3.4 Formações imaginárias

O sujeito da AD não é um sujeito empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso. Assim, na língua há mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição-sujeito no discurso. Dessa maneira, segundo Orlandi (2015a), não é o sujeito físico que funciona no discurso, mas a posição-sujeito discursiva. A partir disso podemos compreender o que são as formações imaginárias: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Além disso, há também a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, do que lhe fala e do objeto do discurso.

Uma vez que todos os discursos se relacionam com outros, pode-se dizer que um discurso aponta para outros que o sustentam, como também para dizeres futuros. Dessa forma, não há começo absoluto nem ponto final para o discurso.

Considerando que na relação discursiva as diferentes posições são constituídas pelas imagens, podemos afirmar que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de juiz, suas palavras significam de modo diferente do que se ele falasse do lugar de um réu. Esses lugares têm força na relação de interlocução e isso é representado nas posições sujeito. Assim, essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força.

Existe um outro mecanismo que se refere a capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor, que é a “antecipação”. Por esse mecanismo, tem-se a troca da linguagem, que se assemelha a um grande jogo de xadrez (ORLANDI, 2015a), no qual aquele que consegue antecipar-se melhor a seu interlocutor é melhor orador.

Diante disso, podemos afirmar que na relação discursiva são as imagens que constituem as diferentes posições. Se pensarmos em relação às presidenciais Dilma e Manuela, podemos explorar algumas possibilidades, por exemplo: a imagem que as presidenciais têm dos eleitores, a imagem que os eleitores têm das presidenciais, a imagem que se tem do cargo de presidente, a imagem que os eleitores têm do que faz um(a) presidente(a), e assim por diante.

De acordo com Orlandi (2015a), o imaginário necessariamente faz parte do funcionamento da linguagem. Assim, o imaginário “assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2015a, p. 40). Pensando nas relações de poder, é interessante retomar a questão do patriarcado. Em uma sociedade patriarcal, como é a nossa, existem diferentes papéis e comportamentos esperados pelo homem e pela mulher, não pelas diferenças biológicas, mas que diz respeito a uma construção social e histórica.

Entre os papéis/comportamentos que são esperados das mulheres pelo viés patriarcal, podem-se destacar: o fato de que a mulher deve casar para que tenha “plenitude”; de que é exclusividade da mulher ter de limpar a casa, cozinhar e cuidar dos filhos; de que a mulher deve ser submissa e obediente ao seu marido; de que a mulher só é completa quando tem filhos; de que a mulher não pode usar determinadas roupas porque “vai chamar muito a atenção dos homens”; de que a mulher não pode se relacionar sexualmente com um (ou mais) homem que não seja o namorado ou marido porque isso a caracteriza como uma “sem rePUTAção”; entre vários outros. Assim, pode-se dizer que essa é uma formação imaginária patriarcal do que se espera da mulher. E é justamente por essa característica da sociedade (patriarcal) que é mais “fácil” que os sujeitos se inscrevam em uma formação discursiva machista.

3.5 Formação discursiva

A noção de formação discursiva foi primeiramente formulada por Foucault, mas ressignificada por Pêcheux, sendo que, para este, a FD é marcada pela heterogeneidade. A esse respeito, Pêcheux diz que

“a noção de ‘formação discursiva’, tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repelem nela” (1997, p. 314)

Mesmo com o caráter heterogêneo que Pêcheux atribui à formação discursiva, a característica fundamental, proveniente da noção de FD formulada por Foucault, é mantida: a de que é necessário haver um saber/princípio regulador. Ao contrário de Foucault, no entanto, Pêcheux (2009) diz que a FD é a materialização das formações ideológicas no discurso.

Sabendo-se que o sentido é determinado pelas posições ideológicas dentro do processo sócio histórico no qual as palavras são produzidas, há mudança de sentido das palavras conforme as posições daqueles que as empregam. Daí tem-se a noção de “formação ideológica”, que é um conjunto no qual práticas que não são nem individuais nem universais se relacionam. Pode-se dizer que todo sentido provém de uma formação ideológica, a qual é materializada em uma ou mais formações discursivas. Segundo Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), “as formações ideológicas comportam necessariamente uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Dessa forma, pode-se dizer que as formações discursivas são as representações das formações ideológicas no discurso.

Uma vez que a formação ideológica é identificada na materialidade do discurso que está sempre articulada a uma formação discursiva,

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Dito isso, compreende-se a noção de formação discursiva, que, conforme Orlandi (2015a) permite a compreensão do processo de produção de sentidos, da sua relação com a ideologia, dando ao analista a possibilidade de determinar regularidades no funcionamento do discurso. Formação discursiva, assim, é definida como aquilo que numa determinada formação ideológica determina o que pode e o que deve ser dito. Desse modo, as palavras, proposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

Quando uma palavra ou expressão se constitui pela inscrição em uma formação discursiva e não outra, ela não terá um sentido vinculado ao dicionarizado, mas o sentido da sua inscrição em uma formação discursiva. Palavras ou expressões literalmente diferentes podem, no interior de uma mesma formação discursiva dada, de igual modo, ter o mesmo sentido.

Pode-se afirmar que a posição-sujeito e o sentido estão relacionados à inscrição a uma formação discursiva da sequência submetida à análise. Assim, a palavra “terra”, por exemplo, pode significar de modos distintos se referida à FD de um trabalhador do MST ou à FD de um deputado da bancada ruralista. Em contrapartida, palavras que normalmente têm significados opostos podem estar significando a mesma coisa se referidas à mesma FD na qual se equivalem. Assim, o sentido será sempre uma relação que tem a ver com o conjunto de FDs.

Dessa maneira, de acordo com Orlandi (2015a), os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua, mas dependem de relações constituídas nas/pelas FDs. As FDs não são blocos homogêneos funcionando automaticamente, mas são constituídas pela contradição, são heterogêneas, com fronteiras fluidas, e configuram-se e reconfiguram-se continuamente.

Junto a isso, há a noção de metáfora, que, diferente da retórica, em AD não é considerada uma figura de linguagem, mas como a tomada de uma palavra por outra (LACAN, 1966 apud ORLANDI, 2015a). Assim, metáfora significa basicamente “transferência”. Partindo da ideia de que não há sentido sem metáfora, Pêcheux (1975) diz que uma palavra, proposição, expressão, etc. sempre pode derivar, significar diferentemente, de acordo com a FD na qual é empregada.

3.5.1 Forma-sujeito: modalidades de desdobramento e fragmentações

“Os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161)

Como já foi visto, os sentidos se constituem nas FDs a partir de posições-sujeito. Sabe-se igualmente que “a formação discursiva corresponde a um domínio do

saber, constituído de enunciados discursivos, que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente” (INDURSKY, 2008, p. 10-11), “regulando o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Em um capítulo da obra *Semântica e Discurso*, Pêcheux (1988) fala das *modalidades* da tomada de posição, as quais, segundo INDURSKY (2008, p. 11), “relativizam a “*reduplicação da identificação*”. Esta “reduplicação da identificação” é proveniente do que Pêcheux classificou como uma “tomada de posição”, a qual é explicada da seguinte maneira:

a tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito – como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ – é uma reduplicação da identificação (PÊCHEUX, 1988, p. 172).

Até esse momento na teoria, a noção de forma-sujeito se apresentava dotada de bastante unicidade, como diz Indursky (2008), o que implicava no entendimento de uma formação discursiva fechada e homogênea. Mas, conforme já mencionado, Pêcheux desenvolve posteriormente o que chamou de *modalidades* (as modalidades de desdobramento da forma-sujeito)

A primeira modalidade diz respeito ao que Pêcheux chamou de superposição entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito. De acordo com Indursky (2008), essa superposição mostra uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD na qual ele se encontra, o que caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’ (PÊCHEUX, 1988).

Nesse momento, Pêcheux relativiza a questão da tomada de posição, visto que se trata de uma *modalidade* de tomada de posição, entendendo que quando essa modalidade ocorre, conforme Indursky (2008), não é produzido um sentido dotado de unidade, mas um *efeito-sujeito* (PÊCHEUX, 1988, p. 167) que acredita estar na origem do dizer, logo, seu discurso é produzido sob o que Indursky bem define como a *ilusão da unicidade imaginária do sujeito*. Por isso, pode-se afirmar também que “quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso à sua ilusão de autonomia

ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidades de falhas” (ORLANDI, 2012, p. 104).

A segunda modalidade, em contrapartida, caracteriza o discurso em que o sujeito se contrapõe à forma-sujeito que ordena os saberes da FD em que ele se encontra através de uma “tomada de posição”. Assim, o sujeito é colocado na posição de ‘mau sujeito’, pois ele contra-identifica-se com alguns saberes da FD que o afeta. Essa contra-identificação resulta que o sujeito do discurso se relacione de forma tensa com a forma-sujeito, visto que já não se identifica plenamente com os saberes que a forma-sujeito representa. Assim, pode-se perceber que a unicidade da forma-sujeito é imaginária. Essa modalidade, segundo Indursky (2008), traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, o que resulta em uma FD heterogênea.

Diante disso é que INDURSKY (2008, p. 12) afirma que

a mudança na forma de conceber a forma-sujeito determina uma nova concepção de FD: ela passa a ser dotada de fronteiras suficientemente porosas, que permitem que saberes provenientes de outro lugar, de outra FD nela penetrem, aí introduzindo o diferente e/ou divergente, que fazem com que este domínio de saber se torne heterogêneo em relação a ele mesmo.

Pêcheux ainda fala de uma terceira modalidade, na qual o sujeito do discurso desidentifica-se de uma FD e sua forma-sujeito para deslocar-se para outra FD e sua forma-sujeito. É importante lembrar, no entanto, que esta desidentificação não corresponde à “liberdade” do sujeito do discurso, afinal,

a ideologia ...não desaparece; ao contrário, ela funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo) (PÊCHEUX, 1988, p. 217-218)

Quanto a esta terceira modalidade, pode-se afirmar que o sujeito não está fadado a manter-se identificado com o mesmo domínio do saber para sempre. Diante disso é que Indursky (2008, p. 13) diz que “em um determinado momento, sob o efeito de determinadas condições de produção, o sujeito do discurso pode romper com o

domínio de saber em que estava inscrito e, em consequência, identificar-se com outra FD”.

Como já visto, a forma-sujeito pode desdobrar-se entre o bom e o mau sujeito. No entanto, como aponta Indursky (2008), percebeu-se que a forma-sujeito pode dividir-se em um número maior de posições-sujeito. Tem-se, dessa forma, o que a autora designa como *fragmentação da forma-sujeito*.

Essa fragmentação da forma-sujeito, no entanto, traz algumas consequências. De acordo com Indursky (2008), uma delas é que no momento em que entende-se que há um conjunto de posições-sujeito, e não só duas, somente uma delas remete ao que Pêcheux designou de bom sujeito. Assim, a autora diz que “esta posição-sujeito se constitui em uma *posição sujeito dominante* em relação às demais posições em que a forma-sujeito se fragmenta” (INDURSKY, 2008, p. 16). Uma outra consequência, ainda conforme a autora, é que o sujeito não se identifica com uma FD pela identificação com a forma-sujeito, visto que esta é heterogênea e fragmentada. Assim, “o sujeito se identifica com a FD através de uma de suas posições-sujeito e, por seu viés, com a forma-sujeito” (INDURSKY, 2008, p. 16). Desse modo, conforme a autora, instaura-se o que Pêcheux chamou de *efeito-sujeito* quando o sujeito se identifica com a posição-sujeito dominante, e, havendo essa plena identificação do sujeito, ele se constitui como um bom sujeito. Em contrapartida, se há identificação do sujeito através dos saberes produzidos em outra posição-sujeito que não seja a posição-sujeito dominante, o sujeito é constituído como um mau sujeito.

Há, ainda, uma terceira consequência, que decorre da natureza fragmentada da forma-sujeito. Segundo Indursky (2008, p. 17), “se a forma-sujeito fragmentou-se, não é mais possível a um sujeito de discurso identificar-se diretamente com a forma-sujeito”. Assim, para que o sujeito se identifique com a forma-sujeito é necessário, de acordo com a autora, que ele se identifique primeiramente com o saber de uma posição-sujeito para, a partir dela, identificar-se com a forma-sujeito e, assim, com a formação discursiva que o afeta.

No próximo capítulo, serão feitas inicialmente algumas considerações acerca do tema deste trabalho e, posteriormente, será apresentada a metodologia para que, por fim, as análises entrem em cena.

4. MACHISMO NAS REDES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

4.1 Considerações preliminares

Visto que o escopo deste trabalho é a análise de discursos produzidos no espaço online, é sabido que o nesse espaço, sobretudo aquele que é demarcado pelas redes sociais, propicia que os usuários destas emitam opiniões de forma acelerada. Mittmann (2013) afirma que os discursos no âmbito do ciberespaço reproduzem os discursos que sempre estiveram presentes na sociedade, no entanto, ao referir-se ao espaço dos comentários nas redes sociais, a autora salienta que ele é

um cenário peculiar em que o sujeito pode mostrar-se pelo discurso e, ao mesmo tempo, esconder-se pelo anonimato, pode entrar num debate acirrado e subitamente escapar dele, pode manter-se no tema engatilhado ou desviar por caminhos outros (MITTMANN, 2013, p. 235).

Mittmann (2013) ainda ressalta que esse é um espaço onde consta o que pode e o que não poderia ser dito devido à inconstância que esse lugar proporciona. É por causa disso que nesses espaços o sujeito fica mais “à vontade” para emitir seus discursos, sendo estes, muitas vezes, carregados de ódio e de diversas formas de preconceito. Os discursos de ódio que, segundo Brugger (2007, p. 118) referem-se a “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” encontraram nas redes sociais um canal de propagação, de modo que o aumento do dissenso desses discursos aumenta. Assim, os discursos de ódio que já existiam ganham mais visibilidade e, muitas vezes, acabam sendo normalizados, uma vez que o alcance deles se dá de forma rápida e difícil de ser comedida.

Boyd (2007) diz que as redes sociais são espaços de públicos mediados, podendo ser pensados como lugares públicos que se assemelham a praças, bares, shoppings, lugares onde as pessoas vão para encontrar amigos, falar da vida pessoal ou, ainda, encontrar novas amizades. A diferença se dá, entretanto, no fato de que as proporções tomadas pelas ações nos espaços das redes sociais são incalculáveis, visto que os participantes nesse processo são inúmeros (REBS, 2017). Pode-se dizer

ainda que as redes sociais, mesmo que facilitem o processo de comunicação, possibilitam a visualização de uma violência simbólica não tão percebida antes (no mundo concreto), que agora é visível pelos discursos nas redes. Desse modo, as condições que estes ambientes propiciam, conforme já mencionado anteriormente por Mittmann, a possibilidade do anonimato, mas também a ausência física do sujeito para as interações virtuais ou, ainda, a falta de conhecimento acerca das leis de combate a comportamentos agressivos na internet, faz com que muitas pessoas se sintam livres para demonstrar diferentes formas de agressividade através do discurso de ódio.

Os comentários que compõe o *corpus* de análise desse trabalho apresentam discursos, em sua maior parte, entendidos como machistas e misóginos, provenientes de uma cultura patriarcal. Dito isso, o termo “misoginia” pode ser entendido como “aversão, repulsão mórbida, ódio ou desprezo por mulheres” (BERGER, 2015, p. 461). Pensando na origem do termo, o vocábulo “miso” na língua grega definia a aversão de uma pessoa ou um grupo de pessoas a algo ou alguém. Platão e Kant (*apud* BERGER, 2015) ao explicarem como nasce a “misologia”, que se referia à aversão, ódio, desprezo à razão, identificaram que experiências pessoais levavam as pessoas a tal condição. Desse modo, o misólogo, e, igualmente, o misógino, odeia, tem repulsão por causa de crenças equivocadas ou de experiências frustradas. Assim, a misoginia nasce no seio da sociedade e de suas representações (BERGER, 2015). Conforme Johnson (1957, p. 149), “a misoginia é uma atitude cultural de ódio às mulheres simplesmente porque elas são mulheres”. Ainda conforme o autor, refere-se a uma parte fundamental do preconceito e do sexismo e, desse modo, constitui um alicerce importante para a opressão das mulheres em sociedades dominadas por homens.

Retornando a Platão e Kant, pode-se dizer que eles defenderam que “miso” nasce de experiências ou crenças infundadas. Dessa maneira, a misoginia surge a partir de “um conjunto de representações que permearam a educação de homens e mulheres em diferentes tempos e culturas” (BERGER, 2015, p. 463). Parafraseando Simone de Beauvoir: “não se nasce misógino, torna-se misógino”.

Assim, as sequências discursivas que serão apresentadas possuem a característica de demonstrarem ódio a mulheres. Conforme mencionado anteriormente, esses discursos de ódio contra as mulheres são provenientes de uma

cultura patriarcal. Nesse sentido, o termo “patriarcado” refere-se a “uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder” (LIMA e SOUZA, 2015, p. 515). Considerando que as desigualdades de poder entre homens e mulheres é de origem social e histórica (o que pôde ser compreendido no capítulo 2 desse trabalho), elimina-se a interpretação de que elas são fruto das diferenças naturais entre sexos, o que tempos depois se configurou no pensamento feminista, a partir do conceito de gênero, definido por Joan Scott como “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Esse processo, segundo Lima e Souza (2015), contribuiu para a desnaturalização do patriarcado como forma de organização familiar e social, dando visibilidade aos aspectos culturais que nela se inserem e apontando seu caráter histórico. No entanto, apesar das grandes mudanças pelas quais a organização familiar no mundo contemporâneo, “o modelo patriarcal ainda desempenha, e não somente no Brasil, importante papel na estruturação das relações conjugais de gênero, legitimando a desigualdade de direitos entre homens e mulheres” (LIMA e SOUZA, 2015, p. 519). Além disso, a cultura patriarcal tem permitido aos homens várias vantagens no mando e no controle, incluindo a violência física como forma de punição contra as mulheres (MACHADO, 2000).

Foi nesse cenário que foram feitas as desafiadoras leituras, seleções e análises de alguns comentários referentes a duas mulheres de visibilidade na esfera política: Dilma Rousseff e Manuela D’Ávila. Dito isso, na próxima seção será descrita a metodologia utilizada para que se chegasse às análises.

4.2 Metodologia

“As margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede” (FOUCAULT, 2007, p. 26)

Na construção metodológica em AD, o analista tem, num primeiro momento, um olhar específico, sob o qual repousa a união do histórico e o linguístico em uma

teoria discursiva atravessada pela teoria psicanalítica (MITTMANN, 2007). Segundo Mittmann, não se faz uma descrição do texto a partir desse olhar, mas sim uma teorização sobre o discurso: toma-se o texto como “unidade linguística para análise do funcionamento do discurso e reflexão sobre as condições históricas de produção/leitura” (MITTMANN, 2007, p. 153). Assim, podemos dizer que é tarefa do analista percorrer cada texto, relacioná-los com a história, pensar o linguístico em relação com o ideológico e com o inconsciente. Além disso, o analista tem um compromisso político:

o analista do discurso, diante da realidade social em que vive, ao pensar a metodologia de análise, não pode colocar-se como um copista reafirmador de posicionamentos da elite política e mercantil. Não pode confirmar consensos de objetividade e estatísticas reafirmadoras dos dizeres legitimados. Ao contrário: precisa desvendar aquilo que é imposto como evidência (MITTMANN, 2007, p. 154).

Assim, pode-se afirmar que o analista tem como uma de suas tarefas “desvendar os processos discursivos que levam às imposições como evidência, bem como o que esses mesmos processos deixam de fora” (MITTMANN, 2007, p. 154), e não buscar um sentido verdadeiro das palavras, visto que a AD não fornece uma chave de interpretação. Contribuindo a essa ideia, Nunes (2007, p. 374), afirma que “o material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de ‘comprovação’, onde se suporia uma interpretação unívoca”. Diante disso, é preciso entender a noção de arquivo em AD.

Para Pêcheux, o arquivo é “[...] entendido, no sentido amplo, de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (2010, p. 51). Nesse viés, se a noção do que seja um arquivo está relacionada a um tema específico, uma vez que esses documentos são pertinentes e estão disponíveis, pode-se dizer que esse arquivo passa por uma organização. A esse respeito, Aiub (2012, p. 65) afirma: “o arquivo é, portanto, organizado por uma leitura. Não se trata, porém, de uma leitura analítica de arquivo propriamente dita, mas de uma leitura que revela se determinados documentos são referentes a um tema ou outro”. Não se trata, pois, da soma de todos os textos de determinada cultura, uma vez que, o arquivo não é pensado em uma

totalidade, como se houvesse a possibilidade de pensá-lo na íntegra. Assim, para Foucault,

o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa (FOUCAUT, 2007, p. 147)

Uma vez que entendemos a AD como uma disciplina de interpretação e que é pelo gesto do analista que as análises são feitas, Aiub (2012, p. 70) afirma que “é pelo olhar do analista que são recortadas as sequências discursivas de seu corpus, é através deste gesto que é feita a leitura do arquivo”. A constituição do corpus se dá, pois, pelos gestos do analista de

pôr unidades em contato, selecionar sequências, agrupá-las em blocos, voltar à teoria para, a partir dela, construir recortes, relacioná-los e, a partir deles, repensar a teoria, num movimento em espiral de retomadas de aspectos metodológicos e teóricos, lançando novos olhares, surpreendendo-se (MITTMANN, 2007, p. 155).

Assim, a análise faz com que o analista retorne à teoria, repense-a e reconduza-a constantemente.

Como foi tratado no início, o texto é a unidade analítica que dá acesso ao discurso. Assim, o analista precisa fazer recortes a partir dele, para que então as sequências discursivas tomem forma. Segundo Orlandi (1984, p. 14), “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, o recorte é um fragmento da situação discursiva”.

Na presente pesquisa, partiu-se de um arquivo construído que deu origem a um *corpus* discursivo, visto que este é, de acordo com Courtine, “um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise” (COURTINE, 2009, p. 115). Para Courtine (2009), a constituição dos *corpora* se dá por duas vertentes: os *corpora* de arquivos e os *corpora* experimentais. Os *corpora* de arquivos são “constituídos a partir de materiais

preexistentes, como aqueles com os quais, por exemplo, os historiadores são confrontados” (COURTINE, 2009, p. 77). Ainda segundo o autor (2009, p. 77), “os *corpora* experimentais são constituídos de sequências discursivas produzidas em situação experimental como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto...”

No entanto, a produção do *corpus* discursivo nesse trabalho deu-se a partir de um *corpus* de arquivo não documental, visto que não foi realizado um experimento para coleta de dados, mas foi realizada a busca por comentários em redes sociais, que estão, pode-se dizer, arquivados na internet.

Assim, a constituição do *corpus* se deu da seguinte forma: buscou-se nos perfis de Dilma Rousseff e de Manuela D’Ávila nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, fotos e vídeos que remetiam ao exercício de ambas na política (aquela enquanto presidenta, e esta enquanto deputada estadual e pré-candidata à presidência, e, posteriormente, candidata à vice-presidência). Posteriormente, foi feita a leitura da maioria dos comentários²⁶ dessas fotos e vídeos acessados, para então salvar aqueles que se acreditava que serviriam para a constituição do arquivo: comentários com teor machista e misógino. Além disso, também foram coletados comentários em vídeos no *Youtube* referentes a ambas, o que por fim também contribuiu nesse processo.

4.3 Análises

4.3.1 Dilma Rousseff

“Durante o pronunciamento em rede nacional de Dilma Rousseff no Dia Internacional da Mulher em 2015, centenas de brasileiros, em 12 capitais do país foram até as janelas e sacadas dos prédios e bateram panelas para se manifestar contra a presidenta. Piscaram as luzes da casa, buzinaaram nos carros e gritaram. Além do barulho da colher no teflon, foi possível ouvir xingamentos, como ‘vaca’, ‘puta’ e ‘arrombada’, direcionados à presidenta”.²⁷

²⁶ Foram mantidas as grafias originais de todos os comentários.

²⁷ Trecho do artigo “Vaca até quando?”, da jornalista Marina Rossi, no Jornal El País, de março de 2015.

“RENUNCIA, VAGABUNDA”.²⁸

‘Vaca’, ‘vagabunda’, ‘puta’: estas palavras foram (e ainda são) proferidas a uma mulher de 70 anos de idade. Na verdade, é da ordem do absurdo quando essas palavras são proferidas a quem seja: mulher, transexual ou travesti, independente da classe social, da cor e da idade. No entanto, durante os últimos oito anos palavras como essas (e até mesmo piores) têm sido dirigidas a uma (ex)presidenta, com a finalidade de enfraquecê-la e desqualificá-la. Não bastou sua destituição, pois as ofensas continuaram mesmo após Michel Temer ter assumido a presidência.

Na primeira citação da epígrafe dessa seção, é descrito um ato que se repetiu por algumas vezes durante o segundo mandato de Dilma: o “panelaço”. Gritos de xingamento foram ouvidos nas redondezas de bairros (em grande parte de classe média alta) em diversas cidades do país. Já a segunda citação diz respeito ao *post* de um vereador de um partido de direita. Daí é válido retomar a citação de Mittmann (2013, p. 234)²⁹, mencionada no início desse capítulo. A atribuição de tais adjetivos às mulheres é recorrente em uma sociedade machista e patriarcal como a nossa. As redes sociais são, no entanto, espaços que permitem que esse discurso seja altamente difundido, além de ‘curtido’ e ‘compartilhado’.

Buscou-se, assim, analisar comentários presentes em fotos na página de Dilma Rousseff no *Instagram*, com os objetivos de analisar as manifestações machistas nos seguintes momentos: a) quando Dilma é desqualificada profissionalmente; b) quando Dilma é alvo de ofensas por questões estéticas; e c) quando Dilma é alvo de ofensas por questões que fazem referência à sexualidade.

A partir do *corpus* desse trabalho, foram identificadas duas FDs: a FD Machismo e violência (FDMV) e uma FD antagônica.

Dito isso, as primeiras sequências discursivas a serem mobilizadas foram encontradas em comentários de uma foto no *Instagram* de Dilma Rousseff, de 11 de

²⁸ *Post* do vereador José Crespo do Partido Democrático Brasileiro (DEM) em uma de suas redes sociais, em março de 2016.

²⁹ “os discursos no âmbito do ciberespaço apenas reproduzem os discursos desde sempre já presentes na sociedade”.

abril de 2015, na qual ela se encontra junto ao ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.³⁰

Figura 1: Dilma Rousseff e Barack Obama



A seguir, serão apresentadas algumas sequências discursivas de comentários do referido *post*:

SD1: Imagina o que não se passava na cabeça do Obama nesse momento...kkkkkk Gente, como permitimos essa coisa bizarra aí como nossa representante?! Alguém me explica, por favor!

SD2: Gente, coitado do Obama, ele mal sabe que está do lado de um demônio em pessoa

SD3: Não sei pq esse obama fica de gracinha com vc sua lixo!

³⁰ A legenda da foto, postada no perfil “@dilmarousseff” diz: “Presidenta Dilma e presidente norte americano @barackobama posam para foto após reunião bilateral, no Panamá. Os dois participaram ontem do Fórum Empresarial e, hoje, da VII Cúpula das Américas. #presidenta #dilma #EUA #Obama #CumbrePanama”.

SD4: *Melhor o Obama colocar querosene e tacar fogo na mão #dilmaescrota*

Na SD1, o sujeito se coloca em posição de 'envergonhado' mediante o encontro de Dilma com Obama. O sujeito indaga-se sobre o que estaria se passando *na cabeça* do Obama, e complementa caracterizando Dilma como **coisa bizarra**, como uma forma de desqualificá-la como *nossa representante*. Essa SD poderia ser resumida nos seguintes termos: "Dilma é uma vergonha para o país, pois ela não é qualificada ao cargo como Obama é". Aí pode-se depreender uma situação na qual o machismo está sendo manifesto através da desqualificação profissional de Dilma.

Na SD2, a palavra **demônio** é utilizada para ofender Dilma, porém, não em poucos comentários visualizados, ora essa palavra atribui sentido negativo a uma pessoa devido a seus aspectos físicos/estéticos, ora devido a sua personalidade. Ao dizer '*coitado do Obama*', é como se esse sujeito tivesse o imaginário de que o Obama é um homem bom, correto, dotado de virtudes, etc.; e Dilma, pelo contrário, é maligna, perversa, corrupta, entre outros adjetivos com denotação negativa.

Na SD3, o sujeito escreve o comentário dirigindo-se diretamente à Dilma, como se ela fosse realizar a leitura do mesmo. '*Ficar de gracinha*' comumente é uma expressão utilizada quando alguém está flertando alguém, ou então, "jogando conversa fora". Nesse sentido, pode-se dizer que o sujeito coloca em descrédito tanto Dilma quanto Obama. Para o sujeito, não se tratava de uma reunião séria e importante, mas de algo mais próximo a um 'bate-papo'. Ao chamar Dilma de **lixo**, o sujeito procura desvirtuar totalmente a imagem de Dilma, visto que a compara com uma matéria fétida, descartada, que ninguém quer por perto e que 'não serve para nada'.

Já na SD4, a repulsa que o sujeito tem por Dilma é tamanha que ele diz que é *melhor o Obama colocar querosene e 'tacar' fogo na mão*. Tem-se, no entanto, uma ambiguidade, visto que não está claro se o sujeito se refere à mão da Dilma ou à do Obama. Porém, seja qual for o caso, trata-se de um discurso depreciativo e agressivo. Ao final, o sujeito ainda escreve **#dilmaescrota**, classificando-a como alguém de caráter corrompido, sem moral.

A posição-sujeito (PS) na qual os discursos da SD1, SD2 e SD3 se encontram será chamada de “*PS de ofensas e oposição*”. Essa posição-sujeito não se encontra centrada na FDMV, visto que não se faz apologia à violência. Já o discurso da SD4 se encontra mais centrado na FDMV, uma vez que se faz apologia à violência. Portanto, a essa posição-sujeito será dado o nome de “*PS de ofensas e violência*”. Assim, a “*PS de ofensas e violência*” é classificada como PS1, uma vez que o sujeito do discurso se encontra centrado no saber dominante da FDMV, lembrando que quanto mais centrado o sujeito está em dada FD, maior é a distância das fronteiras (AIUB, 2014) e quanto maiores forem as certezas do sujeito em relação ao saber central da FD que o afeta, menos falhas no processo de identificação existirão (ORLANDI, 2012); e a “*PS de ofensas e oposição*” é classificada como PS2, visto que apesar de os discursos dos sujeitos identificados nesse lugar não fazerem apologia à violência, são ofensivos e contrários à Dilma.

Em uma outra foto postada no *Instagram* de Dilma, na qual ela também está acompanhada de Barack Obama, foram selecionadas mais algumas sequências discursivas para análise.³¹

³¹ A imagem foi postada em 24 de setembro de 2015, e tinha como legenda: “Após discursar na ONU, Dilma se encontrou com o presidente norte-americano @BarackObama, que discursaria em seguida. #presidenta #Dilma #DilmaRousseff #Obama #DilmaNaONU”

Figura 2: Dilma Rousseff e Barack Obama (2)



Entre as sequências selecionadas para o *corpus*, tem-se:

SD5: *APRENDE COM O OBAMA A GOVERNAR UM PAÍS, VÊ SE OS EUA TÃO PASSANDO POR ISSO*

SD6: *Discursar nos deixar envergonhados de te lá como presidente*

SD7: *Você deveria ter vergonha de chegar perto do Obama, você é um lixo de presidente, o Brasil sente vergonha de você, VERGONHA... Você mal sabe falar e quer conversar alguma coisa com um presidente excelente desses, os americanos se orgulham dele, já no seu caso é completamente ao contrário..*

SD8: *Sou fã do Obama, isso é um presidente de verdade, não sei como ele teve coragem de pegar na mão de uma trombadinha dessa*

SD9: *coitada do obama dilma sua puta vagabinda*

SD10: *NAO Sei Como Essa velha NAO tem vergonha na fuça dela NAO Sei*

Na SD5 tem-se novamente um sujeito que tenta desqualificar Dilma dizendo que ela deve aprender com Obama como governar. Nesse sentido, pode-se pensar na noção de *formação imaginária*, visto que aqui o sujeito tem uma imagem de Obama: a imagem de que ele é um bom presidente, pois ele sim sabe governar um país, e por isso ‘os EUA não estão passando por isso’ – sendo que ‘isso’ se refere a acontecimentos negativos; e, ao mesmo tempo, a imagem de como é nos EUA: possivelmente um país com a economia que cresce exponencialmente, onde o dinheiro dos impostos são distribuídos de forma justa, onde há pleno acesso a saúde e a educação para todos os habitantes, onde não há pessoas em situação de vulnerabilidade, onde não há violência nas ruas e problemas sociais, etc. Vale dizer que o sujeito escreve o comentário todo em caixa alta, o que, na linguagem da internet pode ser considerado falar alto, gritar, como se fosse uma forma de coagir o outro a que o interprete de modo a aceitar que a sua “verdade” é a que deve prevalecer. Pode-se dizer, assim, que o sujeito quer se fazer “ouvir” pelo gritar expresso no *caps lock* ativado e, conseqüentemente, quer que sua demanda seja atendida, que sua posição ideológica seja aceita pelos demais.

A SD6 se assemelha bastante à SD1 no sentido do ‘sentir vergonha’. Aqui, o sujeito desmerece Dilma como presidenta ao mencionar que essa vergonha se dá pelo fato dela **discursar**.

Na SD7, pode-se observar novamente a questão da ‘vergonha’: a vergonha que Dilma deveria ter (**Você deveria ter vergonha de chegar perto do Obama**) e a vergonha que o Brasil sente (**o Brasil sente vergonha de você, VERGONHA...**). De modo semelhante à SD3, o sujeito define Dilma como **um lixo de presidente**, e ainda traz a ideia tão difundida de que Dilma **mal sabe falar**. O sujeito acrescenta, ainda, que **ao contrário** dela, Obama é **um presidente excelente** e que **os americanos se orgulham dele**, já os brasileiros não se orgulham de Dilma. Nesse sentido, pode-se retomar mais uma vez a ideia de *formação imaginária*, uma vez que o sujeito tem a imagem de que Obama é um presidente excelente e de que os americanos se orgulham dele. De acordo com Orlandi (2015a, p. 40), o imaginário “assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. Assim, pode-se dizer que o sujeito aqui tem a imagem de que Obama é um presidente competente e motivo de orgulho dos americanos.

O sujeito na SD8 também tem o imaginário de que Obama é um bom presidente, expressando sua admiração ao dizer que ele é **um presidente de verdade**. Aqui ele expressa menosprezo à Dilma dizendo **‘não sei como ele (Obama) teve coragem de pegar na mão de uma trombadinha dessa’**. Visto que ‘trombadinha’ é um termo que se refere a uma pessoa que comete pequenos roubos e furtos, tem-se a imagem de Dilma atrelada ao roubo.

Na SD9 e S10, os sujeitos do discurso expressam a ideia repetida da ‘vergonha’ e do Obama como ‘coitado’ por estar ao lado de Dilma. O que há de diferente, no entanto, é que se referem à Dilma como **‘puta’, ‘vagabinda’** (vagabunda) e **‘velha’**, ou seja, adjetivos corriqueiramente utilizados a fim de desqualificar e principalmente ofender mulheres. Acrescenta-se ainda que o adjetivo “vagabundo/a” possui sentidos diferentes quando dirigido a um homem ou a uma mulher: “vagabundo” é um homem que não tem uma ocupação, que é ocioso; “vagabunda” é uma mulher que se comporta de forma devassa ou imoral, ou ainda, que se relaciona sexualmente com várias pessoas. E, somando-se a isso, o sujeito na S10 refere-se ao rosto de Dilma como **‘fuça’**, de modo a comparar Dilma a um animal.

Assim, Dilma é menosprezada profissionalmente na SD5, SD6, SD7 e SD8; na SD9 Dilma é desqualificada com ofensas de baixo calão que costumeiramente são dirigidas a mulheres, o que pode inferir-se que está ligado à sexualidade; e, na SD10 Dilma é depreciada por uma questão estética (nesse sentido, relacionada a idade). Tem-se, portanto, sujeitos identificados com a PS2 (*PS de ofensas e oposição*) em todas essas sequências discursivas.

As próximas sequências discursivas que serão analisadas foram encontradas, de igual modo, em comentários de uma outra foto no *Instagram* de Dilma. Logo abaixo da imagem serão dispostas as SDs.

Figura 3 – Dilma durante o lançamento do “Dialoga Brasil”³²



SD13: *Como dialogar com uma analfabeta funcional que nem sabe falar?*

SD14: *Quenga*

SD15: *Putaaaa*

SD16: *Q NOJO DESSA VELHA GORDA ESCROTA*

SD17: *BURRRRRRRRAAAAAA*

SD18: *Vou chamar os terroristas pra vc*

SD19: *@dilm Rousseff prepara teu caixao q desse ano tu num passa . O povo todo quer t matar.*

SD20: *MORRE SUA CADELA!*

³² A foto foi postada em 29 de julho de 2015, com a seguinte legenda: Dilma durante o lançamento do #DialogaBrasil Acesse www.dialoga.gov.br #presidenta #Dilma #governo

Na SD13, o sujeito rebaixa Dilma dizendo que ela é **analfabeta funcional** e que **nem sabe falar**. Discursos como tal são muito recorrentes ao se tratar da oratória de Dilma, o que, no entanto, não ocorre da mesma forma (ultrajante, agressiva) quando o referido é um político homem. É possível dizer, a partir disso, que se está diante de uma manifestação de machismo que a desqualifica em relação à ‘falta de habilidade em se expressar’.

Os sujeitos na SD14, SD15, SD16 e SD17 referem-se à Dilma como ‘**quenga**’, ‘**putaaaa**’, ‘**VELHA GORDA ESCROTA**’, ‘**BURRRRRRRRAAAAAA**’ e com ‘**nojo**’. Nessas SDs, os sujeitos lançam mão de palavras ofensivas que, mais uma vez, são continuamente proferidas às mulheres: ‘quenga’ e ‘puta’. Ao proferir ‘velha gorda’, o sujeito se manifesta de forma machista em relação a estética, visto que Dilma não contempla os padrões de idade e peso socialmente “ideais”. É importante mencionar que esses adjetivos não têm o mesmo peso quando se fala de um homem, afinal, quando se diz ‘homem velho’, pode ser que se esteja falando de um homem experiente, sábio.

Na SD18, SD19 e SD20, há apologia à violência: ‘**chamar os terroristas**’, ‘**prepara teu caixao que desse ano tu num passa**’, ‘**o povo todo quer t matar**’, ‘**MORRE SUA CADELA!**’. Os sujeitos dessas SDs expressam um forte desejo pela morte de Dilma, não importando que essa morte aconteça pelas mãos de ‘terroristas’.

Logo, na SD13, SD14, SD15, SD16 e SD17, os discursos dos sujeitos são identificados na *PS de ofensas e oposição (PS2)*. Os sujeitos da SD18, SD19 e SD20 se encontram mais centrados, assim, identificados na *PS de ofensas e violência (PS1)*.

As próximas SDs são de comentários que se dialogam, o que permitiu que fossem identificadas duas FDs:

SD21: *foraaaaaaa piranha*

SD22: *(...) você acha certo chama-la de piranha?! Menina, se você fosse chamada de puta, por mim; seria uma puta? Não! Então respeita! (...)*

O sujeito da SD22 questiona o sujeito da SD21, fazendo-o refletir sobre o fato de que os rótulos nem sempre condizem com a realidade. Assim, ele faz uma inversão: joga a ofensa que foi proferida à Dilma na SD21 ao sujeito da SD21. Nesse sentido, observa-se que o sujeito na SD22 “dispõe” do mecanismo da “antecipação”, que se refere à capacidade do locutor de colocar-se na posição de seu interlocutor, conforme já tratado no terceiro capítulo.

Assim, o sujeito da SD21 é afetado pela FDMV, na *PS de ofensas e oposição*. Já o sujeito da SD22 se encontra em uma FD antagônica, não machista.

As SDs analisadas após a próxima imagem também são de comentários que se dialogam. Para tanto, serão dispostos os números **1** e **2** a fim de diferenciar os discursos de um sujeito e outro.

Figura 4 – Dilma Rousseff no desfile cívico de 7 de setembro³³



³³ Foto postada no dia 7 de setembro de 2017, com a seguinte legenda: #TBT Dia da Independência: Durante os anos em que exerci a Presidência de nosso país, participei de todas as comemorações do 7 de setembro através do desfile em carro aberto portando a faixa presidencial, cumprindo a tradição conferida ao legítimo(a) Chefe de Estado no período democrático. Em tempos sombrios como estes que estamos vivendo, desejo que toda brasileira e todo brasileiro possa ter força e coragem para

1 - SD23: *Se um atirador de elite disparasse uma bala aí de sniper eu ia ficar muito feliz*

2 - SD24: *O que Jesus pensaria do seu comentário? Um cristão declarado, desejando o mal ao próximo... Leia 1João 3:17.depois leia Mateus 24:51*

1 - SD25: *ele ficaria triste. Mas não é uma má ideia do atirador.*

2 - SD26: *Quando vc se declara cristão e tem esse tipo de postura, vc está sendo hipócrita. E os hipócritas não herdarão o reino dos céus. Pense nisso. Deus te abençoe.*

1- SD27: *não sou a única pessoa que pensa nisso, vou nem responder teu comentário pra não gerar briga. Obrigado, vou pensar.*

O sujeito 1 na SD23, assim como os sujeitos da SD18, SD19 e SD20 na imagem anterior, deixa transparecer seu ódio por Dilma ao fazer apologia à violência, declarando que ***ficaria muito feliz se um atirador de elite disparasse uma bala*** em direção à Dilma, que está em pé no carro oficial da Presidência da República. Diante disso, o sujeito 2 na SD24, conhecendo que o sujeito 1 se declarava cristão, traz uma reflexão: ***‘o que Jesus pensaria do seu comentário?’***, e ainda, cita referências de passagens bíblicas e acrescenta que não é admissível que alguém que se declare cristão deseje mal ao seu próximo. Na SD25, o sujeito 1 reconhece que Jesus ***ficaria triste*** com seu comentário, no entanto, insiste que não seria uma má ideia caso um tiro tivesse sido disparado em direção à Dilma. Assim, pode-se inferir que o sujeito 1 está muito centrado, distante das fronteiras da FD que o afeta, pois nem mesmo o questionamento sobre sua crença o faz mudar de posicionamento. Na SD26 o sujeito 2 novamente tenta argumentar com o sujeito 1 jogando com a fé que ele diz professar. Pode-se dizer que o sujeito 2 se dirige de forma educada ao sujeito 1, mesmo ao dizer que ele está sendo ***hipócrita***, e que ***os hipócritas não herdarão o reino dos céus***. O sujeito 1 na SD27 se defende: ***‘não sou a única pessoa que pensa nisso’***, ou

seja, esconde-se atrás do que ele supõe que outras pessoas pensem. Pode-se dizer que aí a *formação imaginária* é mobilizada: o sujeito 1 faz a imagem do que ‘os outros’ pensam. Com um intento de dar o diálogo por encerrado, o sujeito diz que não irá responder ***pra não gerar briga***, e, por fim, diz que vai pensar a respeito e agradece.

Assim, nessas SDs encontramos um sujeito centrado na FDMV (sujeito 1), identificado com a *PS de ofensas e violência*, e um sujeito identificado em uma FD antagônica, contrária à violência e ao discurso de ódio.

Na próxima seção, serão analisadas sequências discursivas de comentários referentes à Manuela D’Ávila.

4.3.2 Manuela D’Ávila

“É surpreendente ver alguém tão jovem, tão feminina e ao mesmo tempo tão firme, com tanta densidade, com tanto conteúdo como tem a Manuela”.³⁴

‘Tão firme’, ‘com tanta densidade’, ‘com tanto conteúdo’: características que, no imaginário do ex-deputado Nelson Proença são naturalmente masculinas. Afinal, é preciso mencionar antes que Manuela é “feminina”, como se o que vem depois do “ao mesmo tempo” fossem atributos que não são característicos do feminino.

Durante muito tempo em sua trajetória política, Manuela D’Ávila teve sua imagem vinculada às suas características físicas (jovem, bonita), e poucas vezes às suas qualificações educacionais e profissionais. Nesse sentido, pode-se dizer que essa é uma das formas nas quais o machismo se apresenta: no apagamento do reconhecimento da mulher como profissional, o que também acaba culminando, muitas vezes, na desqualificação profissional da mulher.

A fim de mostrar essa e outras formas de manifestações machistas em relação à Manuela D’Ávila, foram selecionados alguns comentários presentes em um vídeo do *Youtube* e na página de Manuela no *Instagram*.

³⁴ Fala de Nelson Proença (ex-deputado federal) no programa eleitoral gratuito da campanha de Manuela D’Ávila para a prefeitura de Porto Alegre em 2008, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wrZELp0PA-0>

As sequências discursivas que serão analisadas nesse momento são de comentários de um vídeo no *Youtube*, que mostra alguns recortes da entrevista de Manuela D'Ávila à rede Bandeirantes³⁵, ainda na condição de pré-candidata à presidência.

Figura 5 - *Screenshot* de vídeo sobre a entrevista de Manuela D'Ávila à Band



Da mesma maneira como foram realizadas as análises das SDs referentes à Dilma, serão dispostas as sequências e, logo abaixo, as análises.

SD28 - *Burguesinha BURRA do KCT!!!! Vai ser burra assim na pqp !!!*

SD29 - *Tão bonitinha , mas tão burra !! Kkkk*

³⁵ O vídeo é intitulado como “OUTRO VEXAME DA MANUELA D’ AVILA NO BAND ELEIÇÕES 2018”, e está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XjroT68gfbA>

SD30 - *...essa mulher é mais uma idiota útil ao PT e mais nada. Talvez ao fogão possa fazer alguma diferença, mais até isso eu duvido!*

SD31 - *Essa piranha fica usando os negros alienados como massa de manobra lkkkk... Graças a Deus q eu nunca serei*

SD32 - *Manuela dá vila, e seus adjetivos: burra; mal caráter; mal intencionada; egoísta; incoerente; mal resolvida; mal amada; desequilibrada; psicopata, solução: prender ou internar urgente, antes que contamine mais gente*

Na SD28, assim como na SD29, atribui-se à Manuela o adjetivo 'burra'. Na SD28, '**BURRA**' está em caixa alta, o que, conforme pôde-se verificar em uma análise na seção anterior, leva-se a inferir que o sujeito está sendo apelativo, querendo se fazer "ouvir". Na SD29, o sujeito primeiro diz que Manuela é **bonitinha**, e faz um contraponto chamando-a de **burra**. Esse é um discurso regular dentro da nossa cultura: o de que "as bonitas" são "burras", de modo que, ao se tratar de mulheres, inteligência e beleza são características que geralmente não estão juntas.

Na SD30, o sujeito desqualifica Manuela com um discurso que é parte de um clichê machista ainda frequentemente proferido como forma de menosprezo à mulher em sua participação na vida pública: o discurso de que 'lugar de mulher é limpando a casa/na frente do tanque/na frente do fogão, etc.' Assim, o sujeito inferioriza Manuela, visto que acredita que '**talvez ao fogão** (ela) **possa fazer alguma diferença**' e ainda completa dizendo '**até disso eu duvido!**'. Outros dizeres possíveis atrelados a esse podem ser: "política é lugar de homem", "mulher tem a obrigação de ficar em casa cuidando dos filhos/de fazer comida pro marido", "por trás de um grande homem há uma grande mulher", e assim por diante. Assim, o sujeito da SD30 se contrapõe às ideias de Manuela, e além de chamá-la de **idiota**, supõe o silenciamento de seu discurso ao dizer que ao fogão talvez ela seja realmente útil.

Na SD31 há, mais uma vez, a desqualificação por adjetivos que são seguidamente dirigidos às mulheres, como é o caso de '**piranha**'. Além de mobilizar um discurso machista, o sujeito acaba também trazendo à tona um discurso racista, visto que para ele os negros são '**usados**' por Manuela, e ainda são '**alienados**' e

'massa de manobra'. Ao final, o sujeito diz **'graças a Deus q eu nunca serei'**, o que produz uma ambiguidade: nunca será alienado, ou nunca será negro?

Na SD32, o sujeito atribui uma série de adjetivos à Manuela: **'burra, mal caráter, mal intencionada, egoísta, incoerente, mal resolvida, mal amada, desequilibrada, psicopata'**. É possível dizer que aí é mobilizado o imaginário do sujeito sobre Manuela, uma vez que este menciona características psicológicas que dificilmente seriam depreendidas por observação de discursos na TV ou na internet.

Assim, tem-se que os sujeitos da SD28, SD29, SD30, SD31 e SD32 estão identificados em um lugar de ofensas e contradição à Manuela, ou seja, na *PS de ofensas e oposição (PS2)*, na FDMV.

A sequência discursiva a seguir apresenta um claro exemplo de *formação imaginária*:

SD33 - **ESSA MULHER é um lixo!!!!**
não representa as mulheres da minha família.

Lembrando que a *formação-imaginária* pode ser a imagem que o sujeito faz de si de mesmo, do seu interlocutor ou, ainda, do objeto do discurso, o sujeito na SD33 faz a imagem de mulheres: Manuela e as de sua família. Ou seja, para dizer **'(ESSA MULHER, que é um lixo) não representa as mulheres da minha família'**, ele tem a imagem de que as mulheres de sua família, possivelmente, não são feministas, militantes de esquerda, ou, ainda, que essas mulheres não questionam o sistema patriarcal e aceitam a desigualdade de gênero, por exemplo. Aqui, o discurso do sujeito é identificado na *PS de ofensas e oposição (PS2)*.

SD34 - *Nem ser estuprada você merece!!*

SD35 - *Eu faria sexo selvagem com essa jumenta, mas jamais namoraria ela...*

Na SD34, há um discurso que está para muito além da ofensa. Um discurso agressivo, violento, que é fruto da *cultura do estupro*: o corpo da mulher é objetificado

e sexualizado, e o estupro é normalizado, como se não estivesse se tratando de um ato de violência. Os comportamentos sociais frente a questões de gênero e sexualidade estão, ainda, muito propensos a manter ou aumentar esta estatística: “a cada 10 minutos uma mulher é estuprada no Brasil”³⁶ - sem contar os casos de assédio sexual e outras formas de violência contra a mulher. Diante desse discurso, pode-se depreender que, segundo o sujeito, há pessoas que merecem ser estupradas. Tem-se, além disso, um discurso de afronta, visto que retoma o enunciado “você não merece ser estuprada”, proferido por Jair Bolsonaro a uma colega de parlamento, também pré-candidato à presidência no momento do comentário.

No discurso na SD35 pode-se inferir a presença da questão da objetificação do corpo feminino, uma vez que o sujeito diz que **faría sexo selvagem**, o que pode ser interpretado como um ato sem consentimento da outra parte. Ao dizer, no entanto, que **'jamais namoraria ela'**, pode-se inferir que o sujeito diferencia “mulher para transar e mulher para casar”, ideia presente em narrativas machistas. Daí novamente a apologia à violência a partir do discurso identificado em um lugar no qual a mulher deve satisfazer os desejos do homem. Além disso, ao chamá-la de **jumenta**, é possível fazer uma relação com a animalização do sexo.

Tanto na SD34 quanto na SD35, os sujeitos se identificam com o saber dominante da FDMV, assim, seus discursos estão em um lugar de ofensas e violência, ou seja, na *PS de ofensas e violência (PS1)*.

Em todas as SDs a seguir, a imagem de Manuela é aproximada a de Dilma, de modo a desmerecer os discursos de ambas:

SD36 - Essas comunista esquerdopata é burro igual a Dilma a gente já tá cansado dessas inversão de valores de botar o povo brasileiro um contra o outro diferença de cor de raça Todos nós somos iguais perante a Deus

SD37 - ESSA COITADA É UM POÇO DE OPOSIÇÃO AMBULANTE E UMA ANTA IGUALZINHO À DILMA. (...)

³⁶ Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública em uma reportagem em “o Globo”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/numero-de-estupros-cresce-em-2017-chega-60-mil-no-pais-mostra-relatorio-sobre-seguranca-22963704>

SD38 - *A filha da Dilma está de volta.*

SD39 - *Essa Imbecil Mal Acabada É Pior Do Que A Dilma.*

Na SD36, o sujeito utiliza o termo **'esquerdopata'** a fim de colocar em descrédito o discurso de Manuela, uma vez que o "esquerdopata" é o esquerdista considerado 'fanático', 'doentio'. Logo em seguida, o sujeito coloca Manuela no mesmo 'patamar' de Dilma: **'burro** (burra) **igual a Dilma'**.

Na SD37, o sujeito diz que Manuela é uma **'COITADA'** e um **'POÇO DE OPOSIÇÃO AMBULANTE'**, para, em seguida compará-la a Dilma, dizendo que ela é **'UMA ANTA IGUALZINHO** (igualzinha) **À (a) DILMA'**.

Já na SD38, o sujeito compara Manuela à Dilma, dizendo que aquela é filha desta (**'a filha da Dilma está de volta'**). Sabe-se que nas *condições de produção* nas quais o sujeito escreveu, trata-se de uma tentativa de ofensa à Manuela. De acordo com Orlandi (2015a), *condições de produção* em sentido estrito referem-se ao contexto imediato da enunciação, já no sentido amplo, incluem o contexto socio-histórico e ideológico. Assim, vale dizer que em uma outra condição de produção, o enunciado poderia se referir a um elogio. Se o vídeo fosse de uma entrevista concedida por Manuela durante o primeiro mandato de Dilma, por exemplo, talvez dizer que *a filha da Dilma está de volta* tivesse denotação positiva. Pode-se mobilizar, ainda, a noção de *memória discursiva*, que segundo Orlandi (2015a, p. 29), refere-se ao "saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra". A memória discursiva, por sua vez, é tratada como *interdiscurso*, que "disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada" (ORLANDI, 2015a, p. 29). Assim, no caso analisado, tudo o que foi dito a respeito de Dilma e de Manuela estão, de certa forma, significando ali; todos os sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos têm um efeito sobre o enunciado "*a filha de Dilma está de volta*".

Na SD39, além de **'imbecil'** e **'mal acabada'**, o sujeito do discurso diz que Manuela é **'pior do que a Dilma'**, fazendo, assim, uma comparação entre as duas com base em um imaginário negativo sobre a Dilma.

Por fim, pode-se dizer que os sujeitos da SD36, SD37, SD38 e SD39 se encontram em lugares de oposição tanto em relação a Dilma, como a Manuela. Os discursos da SD36, SD37 e SD39 se encontram em um lugar de ofensa e oposição, portanto, estão identificados na *PS2*, já o discurso na SD38, encontra-se em um lugar de oposição, mas sem ofensa. Portanto, tem-se uma *PS3*, que é uma *PS de oposição sem ofensa*, posição mais próxima das fronteiras na FDMV.

As próximas sequências discursivas que serão analisadas correspondem a comentários em fotos do *Instagram* de Manuela D'Ávila.

Figura 6 – Manuela D'Ávila em primeira entrevista após ser lançada como pré-candidata à presidência pelo PCdoB³⁷



Selecionou-se uma SD para análise:

SD40 – *Aí a feminista gostosona baixou logo a guarda pra um presidiário... Perdeu. la perder de qualquer forma*

O sujeito na SD40 tenta desprezar Manuela ao dizer que ela **'baixou logo a guarda pra um presidiário'** pelo fato de ter aberto mão de sua pré-candidatura para se tornar candidata à vice na chapa do PT. Nesse sentido, pode-se inferir que o sujeito

³⁷ Foto publicada em 8 de novembro de 2018.

acredita que não se tratou de uma decisão de Manuela, mas de algo que ela fez por ter sido mandada. Assim, depreende-se uma ideia de que apesar de Manuela ser **feminista**, ela se permitiu ser “mandada” por um homem. Dessa forma, o sujeito faz um imaginário sobre como deve agir uma feminista e um imaginário de como ocorrem as decisões de lançamento de candidaturas dentro dos partidos.

Pode-se dizer que, assim, o discurso na SD40 é contrário ao posicionamento de Manuela, mostrando um preconceito em relação a uma decisão da até então pré-candidata à presidência, portanto, está identificado na FDMV. Acrescenta-se que o adjetivo **‘gostosona’**, traz ao discurso do sujeito a ideia da sexualização do corpo feminino, característico de uma formação machista. Dessa forma, esse discurso está identificado na *PS2 (PS de ofensas e oposição)*.

A legenda da imagem a seguir foi escrita em resposta a comentários a respeito de mulheres feministas que foram feitos após uma declaração em um programa da Rede Globo exibido dias antes da publicação³⁸: “Essas feministas são todas mal amadas porque a gente acredita que amor e família são do jeito que cada um quer, porque a gente tem companheiros que trocam fraldas do filho conosco, porque a gente acredita que lavar louça é coisa de quem sujou louça.”

³⁸ A declaração foi feita por Fernanda Lima durante o programa “Amor & Sexo”, que foi exibido no dia 6 de novembro de 2018. A declaração foi a seguinte: “Chamam de louca a mulher que desafia as regras e não se conforma. Chamam de louca a mulher cheia de erotismo, de vida e de tesão. Chama de louca a mulher que resiste e não desiste. Chamam de louca a mulher que diz sim e diz não. Não importa o que façamos, nos chamam de louca. Se levamos fama, vamos sim deitar na cama. Vamos sabotar as engrenagens desse sistema de opressão. Vamos sabotar as engrenagens desse sistema homofóbico, racista, patriarcal, machista e misógino. Vamos jogar na fogueira as camisas de forças da submissão, da tirania e da repressão. Vamos libertar todas nós e todos vocês. Nossa luta está apenas começando”. A transcrição desse discurso está disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/tv,foi-gravado-em-julho-diz-fernanda-lima-sobre-amor-e-sexo-que-gerou-polemica,70002598258>

Figura 7 – Manuela D’Ávila acompanhada de seu marido e filha³⁹



Foi selecionada uma SD para análise:

SD41 – *Querida qui em casa meu marido sempre fez e faz de tudo.o problema de vcs é querer andar pelada nas ruas fazendo algazarras.querwm andar peluda e ser relachada problema é de vcs nenguem é obrigada a ver umas merda dessas*

Na SD41 pode-se falar novamente sobre *formação imaginária*, uma vez que o sujeito tem uma imagem do que as mulheres feministas fazem: **‘o problema de vcs é querer andar pelada nas ruas fazendo algazarras’**, e acrescenta **‘querwm (querem) andar peluda e ser relachada’**. Possivelmente a ideia sobre o feminismo que o sujeito nessa SD tem, foi constituída a partir de notícias de manifestações de feministas de uma vertente em específico, ou seja, que não corresponde ao comportamento de todas as feministas. Afinal, o que caracteriza o feminismo, segundo

³⁹ Foto publicada em 10 de novembro de 2018.

CARNEIRO (2012, p. 244) é o fato de se tratar de um “fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam”, sendo uma das balizas históricas desse fenômeno a reivindicação por igualdade.

Aqui, portanto, o discurso do sujeito está identificado na *PS3 (PS de oposição sem ofensas)*, uma vez que o sujeito se mostra contrário à Manuela (partindo do imaginário que faz sobre ela), mas sem ofendê-la diretamente.

Figura 8 – Manuela D’Ávila acompanhada de seu marido e filha (2)⁴⁰



Foi selecionada uma SD referente a um comentário referente a essa imagem para a constituição do *corpus*:

⁴⁰ A foto foi publicada em 16 de novembro de 2018, com a seguinte legenda: Prontas pro show do @ducaleindeckeroficial em SP

SD42 – *sai da política e vai fazer palestras programas de tv enfim vc tem um baita talento e é super simpática e inteligente ,e gata! linda pra caramba tua filha ,,,,,bjs ! vc é uma pessoa boa , mais junto com esta turma do PT DA RUIM ! Cara JESUS TE AMA OK!*

Na SD42, o posicionamento do sujeito é o de que Manuela deve desistir da política e ir **‘fazer palestras (e) programas de tv’**, visto que o talento, a simpatia, a inteligência e a beleza de Manuela seriam melhor “aproveitados” da forma como ele sugere. Aí tem-se novamente a ideia de que “política é lugar de homem”, e que os atributos de Manuela não cabem nesse lugar, pois existe ainda um estereótipo predominante de homens brancos nas esferas de poder. Dessa forma, o sujeito desqualifica-a profissionalmente, e, apesar dos elogios dirigidos à Manuela, o discurso na SD42 se encontra em um lugar de machismo.

Diante disso, cabe uma citação da própria Manuela a respeito da mulher na política: “A mulher é sempre tratada com certo descrédito então a gente tem essa vinculação permanente da mulher com suas características individuais, então a mulher ou ela é feia, ou ela é bonita; ou ela é mal amada, ou é puta” (D’ÁVILA, 2016 apud CORCINE, 2016, p. 56). Assim, mesmo que Manuela tenha uma longa trajetória na política, tendo sido vereadora, deputada federal por duas vezes e deputada estadual, e independente de sua formação educacional e demais qualificações, sua habilidade no jogo político é questionada.

Assim, o discurso na SD42 está identificado na *PS3 (PS de oposição sem ofensas)*, visto que é contrário ao modo de Manuela fazer política (**junto com esta turma** (turma) **do PT DA RUIM**), mas não ofende.

A síntese das análises pode ser representada com exemplos de sequências discursivas identificadas nas três posições-sujeito, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: posições-sujeito da FDMV e FD antagônica

Formação discursiva	SD (relativa à Dilma)	SD (relativa à Manuela)	Posição-sujeito
FDMV	<i>@dilmarousseff prepara teu caixão q desse ano tu num passa . O povo todo quer t matar</i>	<i>Nem ser estuprada você merece!!</i>	PS1
FDMV	<i>foraaaaaaaa piranha</i>	<i>...essa mulher é mais uma idiota útil ao PT e mais nada. Talvez ao fogão possa fazer alguma diferença, mais até isso eu duvido!</i>	PS2
FDMV	-	<i>A filha da Dilma está de volta.</i>	PS3
FD antagônica (não machista)	<i>(...) você acha certo chama-la de piranha?! Menina, se você fosse chamada de puta por mim; seria uma puta? Não! Então respeita! (...)</i>	-	PS não machista

Encerrado o momento das análises, serão feitas algumas considerações a respeito de como alguns discursos em relação a Dilma e a Manuela (tanto os discursos analisados nesse capítulo, como também discursos que circulam na grande mídia) são identificados em uma *formação discursiva* machista. Nesse sentido, serão mobilizados discursos a respeito de ambas a fim de realizar-se uma espécie de comparação, de modo a retomar a verificação das formas como o machismo se manifesta.

4.3.3 Dilma e Manuela: algumas considerações

“Por que motivo a ordem social sente necessidade de se defender evitando a realidade das mulheres, nossos rostos, nossos corpos, nossas vozes, e reduzindo o significado das mulheres a essas “belas” imagens formuladas e reproduzidas infinitamente?” (WOLF, 1992, p. 22)

Tanto a construção que a mídia faz das mulheres, como também as análises feitas nesse trabalho, apontam para o fato de que a estética é um fator importante na construção da imagem da mulher. De um lado, Dilma Rousseff, aos seus 70 anos, com uma trajetória política intensa e marcada pela integridade na luta pela democracia, mas cuja imagem não satisfaz os padrões daquilo que é considerado belo e feminino. Por outro, Manuela D’Ávila, que aos 37 anos apresenta um vasto currículo na participação política, mas cuja imagem vem atrelada, muitas vezes, às suas características físicas, e não às suas qualificações profissionais.

É sabido que as mulheres que ocupam cargos públicos constantemente tornam-se alvo de comentários que não são feitos aos homens nesses mesmos cargos. Detalhes sobre a vida pessoal, pormenores que não têm relevância nenhuma para o debate político são usados com frequência para representar as mulheres, principalmente as que ocupam cargos de poder. A respeito disso, é possível afirmar que a beleza é uma obrigação para as mulheres, mas não para os homens.

Pode-se dizer que Dilma foi representada pela mídia não poucas vezes através de opiniões que associam sua imagem a características sócio-culturais atribuídas aos homens (a de ser uma técnica, racional, combatente, “chefe”) e não a mulheres (doação, afetividade, sensibilidade). Antes mesmo de ter sido eleita presidenta, frequentemente havia posicionamentos a respeito da sexualidade de Dilma, de suas

roupas, como também de seus comportamentos, taxados como mais agressivos. Em matéria veiculada no site da revista Veja no dia 18 de abril de 2016, que apresentava Marcela Temer como a possível primeira-dama do Brasil após a deposição de Dilma, com o título “*Bela, recatada e do lar*”, é possível dizer que foi mostrado o que é esperado da mulher: que seja bonita, discreta e limitada quase que exclusivamente aos espaços privados. Assim, pode-se dizer que

a limitação de representações no discurso midiático a signos estereotipados naturaliza o sentido do objeto justamente porque esses podem integrar concepções de cultura, pois, além dos discursos serem reconhecidos como valor de verdade, a sua institucionalidade se torna verdadeira através da circulação, reverberação e reprodução social (PESSOA DO AMARAL e ARIAS NETO, 2017, p. 62).

Dito em outras palavras, quando discursos machistas tais como o da matéria em questão alcançam sujeitos que já estão afetados por uma formação discursiva machista, contribui-se para que discursos identificados em posições-sujeito centradas nessa FD ganhem ainda mais força, o que é atestado pelas sequências discursivas analisadas nesse trabalho. Pode-se afirmar, também, que os discursos machistas encontram espaço para serem difundidos quando mulheres ocupam ou tem possibilidade de ocupar um lugar de poder, o que rompe com a ideia patriarcal desse lugar sendo pertencente exclusivamente ao homem.

Por fim, é importante levar em consideração que, mesmo que Dilma e Manuela sejam mulheres políticas de esquerda, fica evidente que os tratamentos em relação a uma e a outra são distintos: “gorda”, “velha”, “feia”, “mandona” geralmente são adjetivos que estão relacionados à Dilma; “bonita”, “gostosa”, por exemplo, relacionados à Manuela.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, mulheres tiveram de enfrentar barreiras sociais para alcançarem espaços aos quais os homens sempre tiveram acesso. Viu-se que movimentos feministas desenvolveram papéis fundamentais desde a luta pela conquista de espaço no mercado de trabalho até o direito ao voto, mas ainda perduram muitas desigualdades entre homens e mulheres, não por diferenças naturais entre sexos, mas por uma constituição social e histórica. Ainda hoje, muitas mulheres têm de se dedicar exclusivamente às tarefas realizadas no espaço privado, o que acaba limitando a participação nos espaços públicos, e, ao mesmo tempo, possibilita que os homens continuem dominando esses espaços, o que só é possível porque há uma mãe ou esposa em casa realizando tarefas domésticas e cuidando dos filhos.

Quanto à participação das mulheres na política, o Brasil é um dos países menos igualitários do mundo, ocupando o 153º lugar entre 194 países pesquisados quanto à presença de mulheres no parlamento, conforme dados do IPU (2017). Em relação a essa ausência, é válido dizer que o sistema político mantém profundas desigualdades nas relações de gênero. Uma vez que ainda perdura o fato de que os espaços de poder são majoritariamente masculinos, o que se sustenta pela organização patriarcal que constitui a sociedade, quando mulheres conseguem chegar a esses espaços, elas se tornam alvos de misoginia e outras formas de violência (mesmo que simbólicas). Assim, é perceptível que a cobrança feita às mulheres é diferente da feita aos homens: a estes, basta a competência; àquelas, a beleza é como uma obrigação. Por outro lado, há o estereótipo de que uma mulher bonita não pode ser, ao mesmo tempo, competente ao cargo político, mas a ausência de beleza também se torna um motivo para críticas. Portanto, as mulheres, muitas vezes não são criticadas e desqualificadas pela falta de habilidade profissional, ou por serem bonitas ou não: são criticadas porque são mulheres. O gênero feminino nos espaços de poder incomoda o sistema patriarcal; aos machistas, é desagradável ver uma mulher em posição de autoridade.

A mídia contribui vigorosamente para o reforço de estereótipos de gênero, como pôde ser visto através de matérias sobre Dilma Rousseff e Manuela D'Ávila no segundo capítulo desse trabalho. Assim, é possível dizer que quando discursos machistas veiculados pela mídia atingem sujeitos que já estão afetados por uma formação discursiva machista, há uma contribuição para que discursos identificados

em posições-sujeito centradas nessa FD ganhem ainda mais força. Desse modo, foi possível verificar que o machismo se manifesta em diversos momentos, entre eles: quando mulheres são desqualificadas profissionalmente; quando as atribuições estéticas não são seguem o padrão do “socialmente aceito”; e quando a sexualidade das mulheres é questionada. É possível dizer, além disso, que se faz o uso constante de palavras que representam sentidos diferentes quando voltadas aos homens ou às mulheres: um homem velho é um homem experiente, mas uma mulher velha é uma mulher feia; um homem vagabundo é um homem ocioso, mas uma mulher vagabunda é uma mulher devassa.

Através das sequências discursivas mobilizadas nesse trabalho, foi possível perceber o quanto é preciso combater estereótipos enraizados na cultura patriarcal. Muitos discursos deixam transparecer que os sujeitos têm uma formação imaginária constituída por influências de uma mídia misógina e perversa que desmerece e desqualifica as mulheres no espaço público.

Dito isso, a fim de produzir um efeito de conclusão, é imprescindível destacar a relevância de se falar sobre desigualdades de gênero, machismo e misoginia nos ambientes de ensino, visto que se tratam fenômenos que afetam profundamente a sociedade. Afinal, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 322) “ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero”. Assim, uma vez que “o trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL, 1997, p. 322), é possível estabelecer discussões acerca da atribuição de determinadas tarefas e comportamentos para homens e para mulheres como uma forma de desfazer estereótipos de gênero.

REFERÊNCIAS

AIUB, Giovani Forgiarini. Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva. **Domínios de Lingu@gem**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 104-119, jul. 2015. ISSN 1980-5799.

_____. **O sujeito entre línguas materna e estrangeira: lugar de interferências, historicidades, reverberações**. Curitiba: Appris, 2014.

_____. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. **Leitura**. Maceió, n. 50, p. 61-82, jul./dez. 2012.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

ANTHONY, Susan. Susan B. Anthony's Constitutional Argument. In: KRADITOR, Aileen. **Up from the pedestal**. Chicago: Quadrangle, 1968, cit., p. 249.

ALVIM, Mariana. MENDONÇA, Renata. **Especialistas em Direito veem características 'atípicas' em ordem de prisão de Moro contra Lula**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43663772> > Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda. ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 33-50.

ARGOLO, F. **Dilma Rousseff: trajetória e imagem da mulher no poder**. 2014, 151f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BERGER, Carlos Norberto. Misoginia. In: COLLING, A. TEDESCHI, L. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 461-464

BIROLI, Flávia. Justiça e família. In: MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 47-61.

_____. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31-46.

BOYD, D. **Why youth (heart) social network sites:** The hole of networked publics in teenage social life. MacArthur foundation series on digital learning – Youth, identity, and digital media volume, p. 119-142, 2007.

BRASIL, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Apresentação dos temas transversais, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Trad. Maria Angela Jardim de Santa Cruz Oliveira. Revista de Direito Público, v. 15. n. 117, jan./mar. 2007.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo. In: COLLING, A. TEDESCHI, L. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 244-248

CARVALHO, Railídia. **Manuela: "Ninguém pergunta pra um político quem tá cuidando dos filhos"**. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/308913-1> > Acesso em: 15 de novembro de 2018.

CASTRO, Carol. **O papel das mulheres como candidatas nas eleições de 2018.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-papel-das-mulheres-como-candidatas-nas-eleicoes-de-2018>> Acesso em: 5 de setembro de 2018.

_____. **Com regra de diversidade, partidos voltam a usar candidatas-laranja.** Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/como-identificar-possiveis-candidatas-laranjas> > Acesso em: 11 de outubro de 2018.

CORCINE, L. **Mulher, política e comunicação: um estudo sobre Manuela d'Ávila.** 2016, 78 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação Social: Relações Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

COURTINE, J. J. **Análise do Discurso Político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Patrícia C. R. Reuillard [et al.]. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2009.

DALLA COSTA, M. JAMES, S. **The power of women and the subversion of the community.** Bristol: Falling Wall, 1973.

DAVIS, Angela, 1944. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Women, race & class**. Nova York, Vintage, 1983 [1981]

ENGELS, Friederich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O QUADRO ATUAL DA ANÁLISE DE DISCURSO NO BRASIL. **Letras**, [S.l.], n. 27, p. 39-46, nov. 2013. ISSN 2176-1485.

_____. A trama enfática do sujeito. In: INDURSKY, Freda.; _____; (orgs.) **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos/SP: Claraluz, 2007, p. 101-108.

_____. **Análise de Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade**. Correio de APPOA. Porto Alegre, n.131, p. 37-52, dez./2004.

_____. **O caráter singular da língua no discurso**. Organon: discurso, língua e memória. Porto Alegre, v. 17, n 35, p. 189-200, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GREGOLIN, M. do R. V. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (org.) **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Clara Luz, 2006. p. 19-34.

HENRY, P. Sens, sujet, origine. In: **Linx**. Trad. Eni Orlandi [org.], 1993.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: from margin to center**. Cambridge: South End, 2000.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMAN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prata, 2008, p. 9-33.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF PARLIAMENTS – IPU. **Women in national parliaments**. New York, 2017. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

ISTO É. **Manu, a sedutora.** Disponível em: <https://istoe.com.br/1901_MANU+A+SEDUTORA/> Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. São Paulo, 7 mar 2007, n. 1949, ano 30, p. 42-43.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático de linguagem sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KERGOAT, Denise. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HORATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ e SENOTIER, D. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

LACAN, J. **Écrits.** Paris: Seuil, 1966.

LIMA, Cláudia de Castro. **Manuela D'Ávila: “Quero fazer a disputa com Lula no voto”.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/manuela-davila- quero-fazer-a-disputa-com-lula-no-voto/>> Acesso em: 16 de novembro de 2018.

LIMA, L. L.; SOUZA, S. A. Patriarcado. In: COLLING, A. TEDESCHI, L. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 515-520.

LINHARES, J. **Bela, recatada e do lar.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em: 18 de novembro de 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia: Brasília, 2000.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso – (Re) ler Michel Pêcheux hoje.** Campinas: Pontes, 2003

MARTINS, Elisa. **Número de estupros cresce em 2017 e chega a 60 mil no país, mostra relatório sobre segurança.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/numero-de-estupros-cresce-em-2017-chega-60-mil-no-pais-mostra-relatorio-sobre-seguranca-22963704>> Acesso em: 20 de novembro de 2018.

MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 93-107.

MITTMANN, Solange. O conservadorismo em comentários na rede: identidade, alteridade e contradição. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 233-248.

_____. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos (SP): Claraluz, 2007, p. 153-162.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. - 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015a.

_____. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni P. LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade**. Pontes Editores, 2015b: Campinas, SP. p. 13-35.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. – 4ª Edição, Ponte Editores, Campinas, SP, 2012.

_____. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 75-88

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). **Linguística e questões controversas: série estudos**. n. 10. Uberaba: FIUBE, 1984.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi – 7ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani [et al.] – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 59-158

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2010, p. 49-59.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2009.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Fraçoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 311-8.

_____.; FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani [et. al.]. 3. ed. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997, p. 163-252.

_____. Les vérités de la palice. Paris: Maspero, 1975. Trad. Bras. **Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. **Matérialités discursives**. P. U. de Lille, 1981.

PESSOA DO AMARAL, M. E.; ARIAS NETO, J. M. Perversão e política no impeachment de Dilma Rousseff. **Chasqui**. Revista Latinoamericana de Comunicación. n. 135, ago./nov. 2017. p. 55-70. ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X.

PINTO, C. R. J. Dilma – uma mulher política. In: RUBIM, Linda. ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 23-32.

PRADO, M. L. FRANCO, S. S. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, C. PEDRO, J. (org.) **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 194-217.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **Dois momentos emblemáticos de Dilma contra a ditadura**. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/dois->

momentos-emblematicos-de-dilma-contra-ditadura.html> Acesso em: 4 de novembro de 2018.

PUGA, Vera Lúcia. Trabalho feminino / profissões femininas. In: COLLING, A. TEDESCHI, L. (org.) **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

_____. Internatos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, n. 1, p. 37-61, 1994.

REBS, Rebeca Recuero. **O excesso no discurso de ódio dos haters**. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 14, p. 2512-2523, nov. 2017. ISSN 1984-8412.

REDE BRASIL ATUAL. **Governo Temer reduz em 35% investimentos em políticas de direitos humanos**. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/01/governo-temer-reduz-em-35-investimentos-em-politicas-de-direitos-humanos-2206.html>> Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

ROSSI, M. **“Vaca” até quando?**: no Dia Internacional da Mulher, a presidenta Dilma Rousseff é xingada e isso incomoda homens e mulheres, eleitores dela ou não. El País, São Paulo, 9 mar. 2015. Machismo na política.

RUBIM, L. ARGOLO, F. “Precisamos falar de Gênero”. In: RUBIM, Linda. ARGOLO, Fernanda (org). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 7-22.

RUFFATO, Luiz. **O golpe contra Dilma Rousseff**: o afastamento da presidenta é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html> Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

SADDI, Milene. **“Ser mãe é que é problema; pai, não é”, diz Manuela D’Ávila sobre incômodo causado pela presença da filha Laura**. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2018/05/ser-mae-e-que-e-problema-pai-nao-e-diz-manuela-davila-sobre-incomodo-causado-pela-presenca-da-filha-laura.html>> Acesso em: 15 de novembro de 2018.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1990.

SETTI, R. **Beleza da vice-primeira-dama rouba a cena na posse da Dilma.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 jan. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/beleza-da-vice-primeira-dama-rouba-cena-na-posse-da-dilma-2844111>> Acesso em: 23 de outubro de 2018.

UOL. **Mulheres ganham 77,5% do salário dos homens no Brasil, diz IBGE.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/11/desigualdade-salarial-homem-mulher-ibge.htm> Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

YURI, Débora. **Musa do Sul vê beleza com desdém.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u84871.shtml>> Acesso em: 15 de novembro de 2018.